



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 4/2021

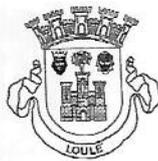
Sessão Ordinária de 20 de dezembro de 2021

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas 21 horas, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

21 Deputados Municipais do PS- Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Joana Guerreiro da Conceição (1.ª secretária), Fernando Pereira Marques (2º secretário), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Adriano Costa Cabrita (em substituição de Carlos Manuel Pontes Costa), Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, Elisabeta Ecaterina Necker, Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, José João David (em substituição de Maria João Carapeto Tavares), Manuel Vitorino Inácio (em substituição de Márcio Alexandre Bandeira Fernandes), Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de Núria Inês Rey Machado), João Pedro Medeira Cabrita, Ana Paula Neto (em substituição de Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

8 Deputados Municipais do PSD- Eleutério João Pedro Rocheta, João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Cláudia Isabel Martins Mendes, João José Paixão Carvalho Ferreira, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); -----



Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA- Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota; -----

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luísa Poeta Simões; -----

O **Deputado do Grupo Municipal do PS**, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, apresentou pedido de substituição, não tendo o mesmo sido substituído.-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, e os Vereadores, Ana Machado, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Rui Cristina, Cláudio Lima (em substituição de João Paulo Sousa) e Fernando Santos.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1- Intervenção do Público; -----

2-Período de Antes da Ordem do Dia; -----

3-Período da Ordem do Dia: -----

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

b)- Proposta 111/2021- Deliberação relativa à Informação Semestral do Auditor Externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1639-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- Proposta 112/2021- Deliberação relativa à Proposta de Fiscalidade Municipal para 2022; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1851-2021] (plataforma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- **Proposta 113/2021- Deliberação** relativa ao **Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2022**; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1856-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- **Proposta 114/2021- Deliberação** relativa a **Autorização para a Assunção de Compromissos Plurianuais – Ano de 2022**; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1857-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- **Proposta 115/2021- Deliberação** relativa à **Lista de Investimentos – Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 26.500.000,00 EUR**; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1858-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- **Proposta 116/2021- Deliberação** relativa à **Aprovação da Contratação do Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 26.500.000,00 EUR**; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1859-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- **Proposta 117/2021- Deliberação** relativa à **Designação de Fiscal Único da Inframoura, E.M – Empresa de Infraestruturas de Vilamoura**; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1873-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

i)- **Proposta 118/2021- Deliberação** relativa à **Designação de Fiscal Único da Infraquinta, E.M – Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago**; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1874-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- **Proposta 119/2021- Deliberação** relativa à **Designação de Fiscal Único da Infralobo, E.M – Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo**; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1875-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

k)- **Proposta 120/2021- Deliberação** relativa à **Designação de Fiscal Único da Loulé Concelho Global, E.M, Unipessoal, S.A**; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1876-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, iniciou a Sessão lendo uma nota de agradecimento relativa ao minuto de silêncio que foi feito na última Assembleia, na sequência da morte do Nuno Marques. *“Assunto, nota de agradecimento. Na*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sequência do ato de solidariedade ocorrido na Assembleia Municipal de Loulé no passado dia 10 de dezembro de 2021, em memória do cidadão louletano Nuno Alexandre Guerreiro Marques, a sua família vem pelo presente agradecer a esta Assembleia Municipal, ao Executivo Municipal, amigos e comunidade este gesto de carinho que nos ajudou a superar de alguma forma a dor sofrida. Um bem haja a todos, Loulé, 20 de dezembro, a família do Nuno Marques".-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos: -----

1- Intervenção do Público;-----

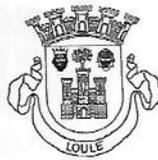
Foi dada a palavra à cidadã **Apolónia Teixeira**, que disse que a intenção de instalar uma estação de tratamento de lixo nos Matos da Picota, a escassos metros de uma Escola EB1, tem justificado uma resposta e posição de rejeição inequívoca da população de todas as localidades e sítios que serão fortemente afetados designadamente os Matos da Picota, o Parragil, Gilvrazino, São Faustino, Alfontes, Boliqueime, Farrajota, Monte de Loulé, Vale de Judeu e outras cuja mobilização e participação cívica através de tomadas de posição pública exige, sem dúvida, uma tomada de posição clara e inequívoca do poder político e deliberativo. Os impactos negativos são muitos, como sabemos, são reais, impactos negativos no ambiente, impactos negativos na atividade económica, impactos negativos na qualidade de vida da população e, por isso mesmo, alguns dos quais foram enunciados na última Assembleia no dia 10 de dezembro pelo Senhor Presidente da Câmara e que a propósito da informação que prestou à Assembleia sobre o parecer que o Executivo da Câmara iria dar relativamente ao pedido formulado pela CCDR a propósito deste assunto. Pergunto, relativamente a esse parecer se efetivamente já foi divulgado e, portanto, solicitar que o mesmo seja feito, caso não tenha sido. Portanto, fico na qualidade de cidadã natural de Loulé, neste caso do Parragil, e ao abrigo da transparência solicito que seja tornado público o parecer do Executivo da Câmara. Para além destes impactos negativos, gostaria também de salientar uma outra questão que tem a ver com a incompatibilidade de tal intenção com a candidatura formulada, ou está em processo de formulação por parte dos 3 municípios, nomeadamente, Loulé, Silves e Albufeira, relativamente ao Geoparque Algarvensis que de facto a instalação de uma estação de tratamento com esta envergadura iria pôr em causa dado que está em pleno coração do Barrocal algarvio e que fica dentro da área que foi apresentada à UNESCO. Portanto, seria um atentado ao grande objetivo da promoção, proteção e valorização e dinamização do património natural de toda aquela zona. Por isso, coloco ao Senhor Presidente e a todos os Deputados Municipais esta questão que tem a ver com a necessidade de haver um debate sério relativamente a esta matéria que envolva todos os setores que poderão ser uma mais valia em toda esta discussão sobre esta temática, nomeadamente, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

setor empresarial, os representantes das populações que serão fortemente afetadas por esta intenção, a própria Universidade do Algarve e também as entidades que estão envolvidas neste projeto do Geoparque Algarvensis. Portanto, era esta a questão número um. As outras duas questões que gostaria de tratar, mas o tempo é escasso, mas de forma muito rápida, uma delas tem a ver com a situação do Parragil, uma localidade cujo espaço público está fortemente degradado, ao longo dos anos não tem tido por parte dos órgãos municipais a atenção devida, assim como o próprio Centro Comunitário, a Sociedade Recreativa do Parragil, está a ruir e, portanto, encerrada, é um espaço da comunidade e é absolutamente lamentável que não haja um empenhamento e um envolvimento das forças deliberativas desta terra para que haja uma melhoria da qualidade de vidas das populações e o Parragil seja, de facto, considerado uma localidade com dignidade. Também é isso que as populações exigem. -----

Foi dada a palavra ao cidadão **Jorge Gonçalves**, que disse que quer reforçar que não vem por partido nenhum, nem tenho quaisquer intenções por partidos. Posto isto, queria agradecer todo o trabalho que o Presidente da Câmara fez no Parragil, no passado, em relação ao saneamento básico, sem ele a obra não seria a que foi. Muito obrigado por essa obra. De qualquer forma, também quero agradecer o facto de ter falado nos semáforos no outro dia e já estarem ligados, embora o sensor não esteja, o que vale é a intenção, foi boa e escutaram. No entanto, não me escutaram relativamente a uma pergunta que fiz em relação ao Largo do Parragil e toda a zona envolvente. Essa pergunta é a questão que eu trago esta noite. O que é que eventualmente poderão fazer? Já houve muitas eleições, houve muitos comícios lá em que se prometeram várias coisas e nunca foi nada feito de há muitos anos para cá. Na última Assembleia ao fim de 1 minuto e 55 segundos cortaram-me a palavra e, eu fiquei um bocado escandalizado pois eu tinha muito mais para falar sobre o tema e queria aprofundá-lo. Posto isto, gostaria de dar uma opinião filosófica, que é de uma pessoa que eventualmente não sabe muito sobre isto. Mas eu queria vos dizer que me cortaram a palavra para não falar de um assunto local, mas nas Assembleias que eu tenho vindo, atenção, reflitam muito sobre isto, uma moção sobre o 25 de novembro, perdeu-se aqui muito tempo sobre o 25 de novembro, uma coisa que aconteceu há 40 e tal anos. Na passada Assembleia falou-se sobre Adelino Amaro da Costa, três vezes, Adelino Amaro da Costa, falecido há 40 anos e depois discutia-se se era atentado, se não era. Também estive na última Assembleia e vi aqui a explicação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte e gostei bastante, porque acho que é do povo, é das pessoas, é da localidade que se deve falar. Está bem que há outros assuntos importantes também, que são transversais. Depois falou-se da Via do Infante, fez 10 anos das portagens, só porque a CDU falou nisso o PSD absteve-se. Está bem que nós sabemos que há 10 anos isso passou, não é por agora que vamos fazer alguma coisa, infelizmente o poder central



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

fez o que fez e nós não vamos lá, mas reflitam sobre isso. Os deputados que estão aqui são eleitos para falar das coisas do público, do povo, da localidade, de Loulé, falem de Loulé, são muitos deputados que aqui estão, falem dos problemas de Loulé, do Parragil, o lar, o largo, da sociedade, podiam fazer uma ciclovia para Loulé, falem dessas coisas, até pode ser hipotético, falem do que é que se vai inserir na CIMPOR, falem da Ribeira de Algibre, se fazem açudes ou não, falem da agricultura, falem de "n" situações que existem no concelho, mas por favor reflitam sobre isso que eu digo. É que me cortaram a palavra ao minuto 1 e 55 segundos, venho aqui para falar 2 minutos, cortam-me a palavra e depois falam 15 minutos sobre o 25 de Novembro, falam 20 a 25 minutos sobre a questão se é atentado, ou não é, Adelino Amaral da Costa, não é, é Adelino Amaro da Costa, e isso é que custa, reflitam sobre isso que eu digo, e respondam-me por favor sobre o Largo do Parragil, pois eu acho que o lar deve ser no Parragil, há já aí outras forças de quererem levar para outro lado. Para já tem de ser no Parragil porque foi lá que se começou, depois levam para outro lado, todos temos falta, não temos uns em detrimentos de outros.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu que o tempo dedicado à intervenção do público tem de ser dividido pelas pessoas que existem para intervir, de forma que da outra vez o senhor teve 3 minutos, que excedeu ligeiramente, da mesma forma que todas outras pessoas.-----

Foi dada a palavra ao cidadão **Eurico Antunes**, que disse que não é independente, sou como muito de vocês conhecem, comunista e sinto-me muito honrado por essa situação. Quero saudar especialmente os populares do concelho que se organizam para, junto das instâncias competentes, fazerem sentir os seus problemas locais, concelhios e regionais. Muito se espera pela intervenção organizada que representa o coletivo favorecendo a todos. -----

Tenho uma recomendação a todos vós, membros dos órgãos eleitos, recomendo que prestem a máxima atenção à intervenção das populações organizadas por forma a poder vir a responder com as melhores soluções para os problemas que são muitos, alguns de fácil resolução assim haja vontade e determinação, nomeadamente promovendo a participação responsável dos serviços da Câmara Municipal de Loulé. Os diretores dos departamentos e os chefes de divisão têm que ter a autonomia suficiente para fazer funcionar os respetivos serviços a partir das ordens da Câmara, nomeadamente, a partir dos planos aprovados. Disse. -----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que responde em primeiro lugar à questão mais intensamente sentida por todos e colocada pela cidadã Apolónia Teixeira, sobre a localização da estação de triagem de resíduos. Referiu o senhor presidente que não houve grande evolução, mas houve alguma, e eu vou-lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dar nota dessa e mais não posso para já fazer do que transmitir a toda a Assembleia Municipal o que, entretanto, chegou a nosso conhecimento. Na quarta ou quinta-feira passada chegou-nos a notícia de que a CCDR decidiu submeter a Avaliação de Impacto Ambiental aquela intenção que lhe foi presente pela empresa interessada de localizar naquele local aquele equipamento. E eu considero isso uma decisão justa, absolutamente compreensível e de saudar da parte da CCDR, que foi prudente. Terá tido as suas próprias considerações internas ao próprio organismo CCDR e ouviu também, acredito eu, aquelas que foram as nossas opiniões lavradas em parecer técnico que em tempos enviamos para a CCDR. Portanto, para já é uma excelente notícia porque podiam decidir não submeter à AIA – “*Avaliação de Impacto Ambiental*”. Penso que nesse quadro nós temos aqui esperanças mais fundadas de que aquele equipamento nunca possa ali acontecer. Depois quero dizer também que hoje mesmo sob proposta minha, o Executivo da Câmara Municipal de Loulé que se reuniu aprovou por unanimidade, sublinho, por unanimidade, uma proposta que eu assinei, em que basicamente diz o seguinte; *(o processo de revisão do PDM está a decorrer, temos um calendário muito apertado e exigente para que o PDM possa estar revisto até final do próximo ano e em sede de revisão, a Câmara Municipal de Loulé vai já apresentar naquela que for a primeira proposta à CCDR que acontecerá durante o mês de março, nós vamos já propor para aquela área o uso não-industrial)*. Isto significa que, nós estamos a fazer isto no pleno uso das nossas capacidades legais enquanto Executivo, temos o dever de planear o nosso território de acordo com aquela que é a leitura do interesse público do Executivo municipal, temos essa liberdade, o que é muito bom e que aliás é de Lei e também temos a circunstância que até agora, a este momento, a empresa que submeteu este projeto às entidades licenciadoras não ter até à data nenhum direito constituído. Ou seja, não há nenhum pedido de informação prévia aprovado, não há nenhum ato administrativo praticado pela Câmara Municipal que lhes confira quaisquer direitos e, portanto, estamos a gerir este processo com toda a atenção, com a vigilância ativa da população, que mais uma vez, sublinho, que é muito importante e quero aqui perante todos agradecer essa vigilância ativa da população porque se não houver um acompanhamento cívico da população daquela que é a vontade reafirmada por várias vezes do Executivo municipal, as coisas podem ser mais difíceis. Portanto, esta é a situação, tudo o que tinha para dizer sobre esta situação está dito, vamos aguardar novos momentos, pois este processo está ainda longe de estar concluído. - Sobre o **Geoparque** para mim não é líquido, pois não sei, posso incorrer aqui nalgum erro, mas não sei se o facto daquele território se inserir dentro da proposta da candidatura à criação do Geoparque com a chancela Unesco não sei se essa condição, essa candidatura por si só é impeditiva de localizar ali um equipamento desta natureza. Considero eu que não é o mais importante aqui neste dossier, o mais importante é de facto aquilo que nós estamos a fazer, o foco que estamos a ter, essa circunstância se ajudar, muito bem, mas neste momento nem sequer tenho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

isso esclarecido, pois são coisas diferentes e não sei se serão ou não incompatíveis. Propõe um debate público, muito bem, quem sou eu para opor-me a uma iniciativa pública de participação cidadã. Muito bem, façam esse debate público, se quiserem convidar a Assembleia Municipal devem dirigir-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se querem a presença do Executivo municipal convidem-nos, também, que desde já da minha parte me comprometo a participar nesse debate público. -----

Sobre o Parragil, referindo-me à intervenção do cidadão Jorge Gonçalves. Eu compreendo que o Parragil precisa de mais um suplemento de atenção, precisa de mais carinho da nossa parte porque alguma coisa pode ser feita ali, naquele lugar identitário que é o Largo do Parragil. Foi e está descaracterizado, eu acho que sim que nós podemos fazer alguma coisa mais, sinceramente acho que sim, seja lá o que for, é sempre possível melhorar alguma coisa e nós vamos fazer isso, Jorge Gonçalves. Agradeço-lhe o facto de ter reconhecido o trabalho da Câmara no Parragil e que de facto tive um papel em determinado momento no caso do saneamento de esgotos, agora tivemos lá muito perto, em Monte Seco, mas nós estamos cá exatamente para isso. Os semáforos parece que também foram corrigidos, ótimo, excelente, vamos então depois ao Largo do Parragil. -----

Relativamente à Sociedade, nós fizemos uma tentativa para adquirirmos a Sociedade, mas não foi bem-sucedida. Nós não temos esse poder e ainda bem que não temos, a menos que esteja em causa claramente o interesse público nós não podemos chegar a um proprietário de um bem e dizer: *"olhe lá, nós precisamos disso, vamos lá fazer aqui uma avaliação e nós vamos expropriar desse bem"*, isso não fazemos. Fazemos esse tipo de coisas quando há algo de importante e de interesse público e a lei prevê e enquadra esse tipo de decisão camarária, não é o caso, vamos tentar, mas também peço que compreendam a posição da Câmara Municipal. -----

Ouvi e registei mais uma vez a presença do engenheiro Eurico Antunes, para quem não sabe foi diretor do Departamento de Obras deste Município e, portanto, a sugestão que ele faz decorre do conhecimento que tem da máquina administrativa do município e é bem-vinda a sua presença e a sua sugestão, é muito bem-vinda, senhor engenheiro. Muito obrigado pelo seu contributo, pela sua presença e pelas suas palavras aqui esta noite. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

2-Período de Antes da Ordem do Dia; -----

O **Presidente da Assembleia**, informou que o requerimento do PAN sobre o Centro de Operações da Refood em Almancil foi respondido pela Câmara Municipal; o requerimento do PAN sobre o Protocolo da Associação ABSOL – Bem Estar Animal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e do canil foram respondidos pela Câmara Municipal; o requerimento do BE sobre o pedido de informação relativo ao Processo 257/20 foi também hoje respondido ao fim do dia acompanhado pela deliberação da reunião do Município que ocorreu hoje. A informação dada à CCDR veio já completa com o documento que foi aprovado pelo Executivo. A Informação do Executivo sobre a questão levantada pelo Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda sobre a isenção de IMI e para o qual tinha sido pedido para responder mais tarde, essa resposta também já consta por email.

Foi recebida na Assembleia Municipal uma informação do Executivo na sequência da designação de dois Presidentes de Junta de Freguesia como representantes para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais, na qual o Município informa que irá convidar, sem direito a voto, os outros Presidentes das Junta de Freguesia também envolvidos na problemática dos incêndios rurais para acompanharem o trabalho da comissão mesmo sem incorporarem do ponto de vista legal, estarão presentes e acompanharão os trabalhos, embora sem direito a voto.

Moção do PSD sobre a descentralização das Assembleias Municipais para uma melhor cidadania para combater os elevados níveis de abstenção.

O **Presidente da Assembleia**, informou que relativamente a esta moção, considera a Mesa da Assembleia que os artigos 36º e 38º do nosso Regimento estabelecem os requisitos e as condições da localização das sessões. A moção apresentada embora entendível ao nível da pretensão do sublinhar da realização de sessões descentralizadas, não nos parece ser adequada do ponto de vista regimental. A realização de Assembleias descentralizadas recolhe consenso generalizado a todas as bancadas, sendo que o cenário de agravamento da pandemia aconselha também a cuidados redobrados na realização das mesmas. Assim e salvo melhor opinião, solicita-se ao grupo municipal do PSD que retire a presente moção a fim de que a questão das Assembleias Municipais descentralizadas seja discutida previamente na Comissão Permanente desta Assembleia nos termos do nosso regimento em vigor.

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que de facto o sentido da moção apresentada é esse mesmo, a descentralização das reuniões, acreditamos que elas são necessárias, no entanto, perante os pressupostos que a Mesa da Assembleia apresentou e que são corretos, nós não temos problema em retirar a Moção desde que seja garantida que ela seja discutida em Comissão Permanente.

A Moção foi retirada da Ordem de Trabalhos da Sessão.

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que tão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pouco tempo decorrido da tomada de posse do atual Executivo cujo lema era "sempre com as pessoas" e assistimos já a dois atos coletivos dos cidadãos louletanos a manifestarem o seu descontentamento com o Executivo que omite ou desconhece as reais necessidades das pessoas deste concelho. A primeira questão, a tentativa de instalação de uma lixeira nas pedreiras dos Matos da Picota, no Parragil. E a mais recente uma petição enviada ao Senhor Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, com o conhecimento a diversas entidades, entre elas, a senhora Vereadora Ana Machado, que detém o Pelouro da Educação. Esta petição com o título "Adaptem os horários da carreira da Eva nº 72, pedido feito pelas crianças, encarregados de educação e fregueses da Junta de Freguesia de Alte refere o desajustamento do horário da carreira relativamente a transportes das crianças dos arredores de Alte e de Salir para a Escola Básica Integrada Professor Sebastião Teixeira, em Salir. É inconcebível que em pleno século XXI em Loulé, no concelho com o maior orçamento do Algarve, uma criança tenha que apanhar um autocarro nas Sarnadas às 6:57 h para entrar na escola às 8:50 h ou às 10:00 horas. Para além disto, a paragem do autocarro junto à escola obriga as crianças ainda a percorrer uma distância de 300 metros e terem que esperar à porta da escola pela sua abertura, onde não há abrigos condignos para estes alunos. Esta bancada gostaria que o Senhor Presidente nos esclarecesse, as seguintes questões: O que pensa fazer quanto a esta incongruência de horários para transportes de crianças para a escola? E quanto ao facto de não existirem abrigos e vigilância condignos enquanto não abre o estabelecimento escolar? -----

Quer também esta bancada do CDU aproveitar agora que se aproxima mais uma data festiva, Natal e Passagem de Ano, deixar a sua admiração e apreço aos profissionais de saúde que pelo segundo ano consecutivo vão estar a trabalhar de forma intensa em todos os campos de batalha. É imprescindível a valorização destes trabalhadores e reforço dos seus direitos. Saudar também os bombeiros e a Proteção Civil que abdicando de passar a quadra festiva com as suas famílias dedicam o seu tempo e esforço ao serviço das populações. A todos eles, votos de um Feliz Natal e um Ano Novo liberto deste vírus que nos vai subjugando.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Abel Matinhos (PS)**, iniciando por referir que o nosso concelho é um concelho com uma grande pressão económica e a construção é uma importante ferramenta que auxilia o setor do turismo e da economia. Porém, existem muitos agentes económicos que ao serviço do lucro despejam entulho e lixo em sítios que não são próprios para esse efeito. Não sendo licenciados para o efeito e muitas vezes em lugares abandonados e com pouca visibilidade. Estas ações permitem a estes agentes económicos uma poupança de valores ainda bastante consideráveis. Para termos a noção, o depósito de resíduos em aterros licenciados fica em média € 75,00/ton acrescido de IVA. É também importante dizer que alguns desses agentes económicos prestadores deste tipo de



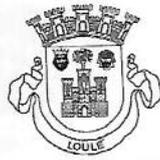
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

serviços quando fazem escavações têm a tendência de depositar terras ou areia proveniente dos locais das obras em terrenos privados, aumentando consideravelmente a altura dos terrenos. É importante dizer que o depósito de lixo e entulho em locais que não são próprios para o efeito, sem qualquer tipo de vigilância ou de tratamento representa um perigo para os nossos ecossistemas e para os nossos aquíferos, bem como a transferência de terra e/ou areia em locais não licenciados para o efeito representa problema grave para o normal trajeto da água. É por isso necessário reforçar a fiscalização em áreas que sabemos que são propícias para estes agentes económicos. senhor presidente, senhores deputados, não conseguimos, nem conseguiremos aplicar com eficácia a nossa estratégia local de adaptação às alterações climáticas sem impedir que estes atentados continuem a acontecer. É importante travar o licenciamento do aterro dos Matos da Picota e estou certo e confiante que vamos conseguir, mas é ainda mais importante conseguirmos travar tantos outros aterros ilegais que não dignificam o nosso concelho e a nossa política climática. Senhor Presidente, como podemos avançar, impedir e punir estes agentes económicos que atentam contra a nossa natureza e qual a estratégia a adotar para que possamos evitar que estes casos continuem a acontecer? -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que antes de mais ficamos satisfeitos por o Executivo ter apadrinhado uma proposta feita por mim, na última Assembleia Municipal, no sentido de ultrapassar as medidas preventivas que tinham sido aprovadas nesta Assembleia, para a Unidade de Tratamento de Resíduos e, como tal, ficamos satisfeitos, pois sempre achamos que a maneira mais fácil de resolver esta situação, era em sede de revisão em curso proceder à alteração do uso industrial. O caminho da Via Algarviana que vem do litoral e que passa pelas hortas sociais existe um troço que se encontra com imensas dificuldades de passar causado pelo efeito das chuvas, ao longo dos anos. Neste caminho há anos que colocaram redes de esgoto, levantaram toda a calçada romana ou quase toda a sua extensão, perguntamos se a recuperação deste caminho faz parte da obra do Parque Urbano da cidade? Se não, quando é que pensa o executivo regularizar a situação? -----

O Mercado Municipal está mais atrativo com a abertura de novas atividades na área da restauração, mas com pouca animação que cativa as pessoas para frequência desta nova atratividade, continuando com o mesmo problema da falta de conforto e climatização. Como tal, sugerimos ao Executivo a necessidade de montagem de portas em vidro, tipo corta-vento, com abertura automática de aproximação para tornar aquele local mais agradável nas noites mais frias. -----

A estratégia local de habitação, aprovada pela Assembleia Municipal, no seu regulamento está prevista a monotorização da atividade desenvolvida. Gostaríamos, também, que o Senhor Presidente como responsável por este Gabinete, nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

informasse do ponto da situação atual.-----

Gostaria de saber como é que se processa e com que periodicidade os serviços camarários procedem à aferição dos contadores de água. Como sabemos, os equipamentos de serviço público, contadores de água, luz e de gás é obrigatória a aferição pelo menos uma vez por ano. A leitura deve ser feita, pelo menos, duas vezes por ano, e a aferição também deve ser sujeita a um calendário obrigatório. A leitura dos contadores de água, não sei sinceramente qual é a periodicidade, só sei que a manutenção da fatura, nos moldes em que está, penaliza grandemente os consumidores. E aliás, foi prometido por este Executivo no mandato anterior que seria alterado para leitura mensal ou por estimativa anual, mas dividido por 12, não é estimativa um mês paga-se 80, no mês seguinte pagava-se 20 ou 30. É fazer uma estimativa anual como faz a EDP, todos os meses a faturação é igual, o pagamento é igual e depois é feito um acerto no final do ano, para evitar que as pessoas paguem num mês € 80 ou € 100 e no outro mês paguem 20 ou € 10.-----

Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião (**Analídio Ponte**), que disse que o que traz aqui é um assunto que já foi abordado esta noite e nas reuniões precedentes, várias vezes, tem a ver com o problema que pretendem instalar na minha Freguesia de São Sebastião, que é o Centro de Tratamento de Resíduos. Hoje tivemos uma reunião na CCDR, a recentemente criada a Associação dos Amigos e Moradores de Matos da Picota tiveram a amabilidade de me convidar, a mim e ao Nelson Brazão da Junta de Freguesia de Boliqueime, tivemos reunidos com o executivo da CCDR, foram-nos explicadas várias situações. Também foi falado por parte do doutor José Apolinário que poderiam ter licenciado, mas não licenciaram e não é um objetivo deles licenciar, mas claro, tudo tem que ser feito de um ponto de vista legal e devidamente estruturado. Por isso, e como já foi falado pelo Senhor Presidente da Câmara, foi pedido um estudo de Impacto Ambiental e já agora aproveito para informar a população que quando o mesmo estiver nas Juntas de Freguesia ou na Câmara para dar pareceres que as mesmas se dirijam e deem os seus pareceres para esse tal estudo de Impacto Ambiental, porque é importante ter toda essa opinião para inviabilizar aquele projeto. Sei que hoje foi aprovado na reunião do Executivo por unanimidade o uso dos solos naquela zona, foram alterados, e eu como Presidente da Junta congratulo-me com essa decisão. No entanto, talvez, nós sabemos como é que são os meandros das leis, estas empresas têm um grande poder judicial, porque à semelhança do que já aconteceu noutros locais da Freguesia, a suspensão do PDM para garantir que aquele centro de triagem de resíduos não vá mesmo para a frente. Fica aqui este modesto pedido, penso eu, para aquilo que querem fazer numa zona que está a sofrer os efeitos cumulativos de pedreiras, indústria extrativa, cimenteiras e, certamente, ninguém pretende que se dá a troco de uns armazéns que foram comprados em hasta pública a preços modestos, certamente, que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

instale ali, numa zona privilegiada, com vista para Vilamoura um centro destes.-----

Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte (**António Martins**), que disse que vem fazer um pequeno esclarecimento acerca do problema levantado pela bancada da CDU, aliás, agradeço desde já à CDU o interesse que tem manifestado pela Freguesia de Alte, realmente temos os nossos problemas, mas relativamente a esta questão do transporte e do abaixo-assinado que foi referido quero esclarecer que foi um abaixo-assinado elaborado por uma série de encarregados de educação da zona serrana da nossa Freguesia que diz respeito a uma alteração de horários dos autocarros da Eva. Ou seja, a Eva alterou os horários e obrigou neste contexto os transportadores individuais também a alterarem os seus horários tanto quanto eu sei contrariando o regulamento dos transportes da Câmara, relativamente aos horários. Posso estar enganado, mas julgo que contrariando gravemente e tenho a sensação que a Câmara Municipal ainda não teria conhecimento disso, pois nós recebemos esse abaixo-assinado na Junta de Freguesia, os nossos deputados da Assembleia da Freguesia na sexta-feira passada, presumo que a Câmara Municipal não terá recebido muito mais cedo, pois os pais foram ter connosco depois de terem ido à Câmara, portanto, o assunto é grave, realmente, as nossas crianças da serra já são prejudicadas em muitas coisas com a distância que estão e pelo tempo de transporte que levam, efetivamente estes tempos de espera que a alteração de horários da EVA obriga, provoca uma injustiça muito grande relativamente à igualdade de oportunidades das crianças para estudarem. De qualquer forma, sei que a Câmara Municipal recebeu o abaixo-assinado, ainda não tivemos a oportunidade de falar, pois como vos disse, isto é, de sexta-feira passada, mas sei que em conjunto e com a EVA que iremos resolver rapidamente o problema. -----

Foi dada a palavra ao senhor vereador **Carlos Carmo**, que irá tecer breves palavras sobre as questões levantadas pela deputada Carla Gomes da CDU e também do Presidente da Junta de Freguesia de Alte, de facto nós tivemos conhecimento hoje mesmo dessa petição, desse abaixo-assinado com mais de 130 assinaturas, tem a ver com a linha 72, anteriormente da empresa Eva, mas agora é Vamus, novo concessionário do transporte rodoviário do Algarve, referente à linha Loulé-Salir-Sarnadas-Freixo Verde. Neste momento, a Autoridade dos Transportes é a AMAL que recebeu por parte dos municípios a competência do transporte no Algarve e entrou no dia 1 de dezembro a nova concessão de transporte público com a sigla Vamus, sucedâneo da empresa Eva, a empresa chama-se Visur. Eu e a Vice-Presidente Ana Machado estivemos a analisar rapidamente o teor dessa petição, que tivemos conhecimento apenas 2 horas antes desta Assembleia e de facto verificamos que há uma situação que tem de ser resolvida. Quero-vos dizer que aqueles munícipes que solicitaram, tiveram a possibilidade, no processo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

implementação dos horários deste novo concessionário, de aferir muitas questões gravosas que estavam acontecer nomeadamente no interior do nosso concelho, dois exemplos, estavam a suprir carreiras no interior, Nave do Barão e Tôr e se não tivéssemos tido uma atitude, essas carreiras tinham sido suprimidas e um conjunto de horários que também foram alterados. Ainda bem que nos fizeram chegar essa preocupação, pois não tínhamos esse conhecimento porque a dimensão daquilo que são os transportes escolares, para que todos saibam, a dimensão daquilo que é uma autarquia, como da autarquia de Loulé nesta matéria estamos a falar de mais de 2.210 alunos que são transportados só para o 2º e 3º período no âmbito do nosso plano de transportes, são 127 circuitos, dos quais 46 são em carreiras coletivas de transporte de passageiros e mais de 2 milhões de quilómetros. Os próximos passos, iremos rapidamente, juntamente, com a Junta de Freguesia de Alte contactar a AMAL, que é quem tem de receber essa petição, iremos ser uma voz ativa e em defesa das populações, como é óbvio, para repor aquilo que é a normalidade do transporte escolar porque uma criança não pode esperar o tempo que está referido nessa petição, portanto, iremos fazer tudo para defender o interesse das populações.

Foi dada a palavra ao senhor vereador **David Pimentel**, que disse que relativamente à questão colocada pelo Deputado Carlos Martins, à qual eu agradeço, poder prestar esclarecimento sobre a contagem dos contadores é feita de 2 em 2 meses, a respetiva fatura é emitida mensalmente, portanto, a cada 2 meses há movimentos de correção e o que eu posso assumir aqui na Assembleia é que a partir de 2022 a contagem será feita mensalmente, portanto, estamos a trabalhar nesse sentido e assim será. Sobre a aferição, francamente ainda não recebi informação da periodicidade, poderei esclarecer em momento oportuno, mas seguramente sendo uma obrigação legal anual, será realizado seguramente nesse prazo. Já que mencionou sobre o Mercado Municipal, eu tive o privilégio de gerir esta nobre casa, este ex-libris da cidade, durante cerca de 3 anos, posso dizer-lhe, por exemplo, que todas as balanças são aferidas anualmente precisamente por essa obrigatoriedade.

Foi dada a palavra ao senhor vereador **Abílio de Sousa**, que disse que em relação à questão colocada pelo Deputado Carlos Martins relativamente ao troço em mau-estado da Via Algarviana, esse troço não se encontra na empreitada de requalificação do Parque Urbano e Agrícola, se me enviar com melhor identificação o troço a que se refere, nós veremos o que podemos fazer posteriormente na recuperação do respetivo piso.

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que todos nós devemos ter presentes que ou de acordo que julgo que foi assinado com o IHRU. Na nossa candidatura ao Primeiro Direito de acordo com o qual temos até 2026, salvo erro, a obrigação ou o dever contratual de proporcionar cerca de 300 e alguns fogos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

no valor de € 44.000.000,00. De acordo com esse contrato, devemos anualmente apresentar um relatório. Sem prejuízo de eu dar agora uma resposta muito telegráfica ao senhor deputado do BE remeter-me-ia para esse momento quando fizéssemos o balanço anual que, aliás como disse, é uma das nossas obrigações contratuais. O que eu vou dizer é muito rápido, muito sintético, mas bastante significativo, até porque tenho a convicção de que este dossier está a ser bem gerido por parte da Câmara Municipal, não esqueçamos que isso acontece exatamente porque temos técnicos muito competentes e não são um, nem dois, nem três, que não fazem mais nada do que trabalhar diariamente neste dossier que, disse e repito, é um dossier estratégico para este executivo municipal, proporcionar às pessoas que manifestamente não conseguem aceder a uma habitação condigna, proporcionar a essas famílias, que são muitas no nosso concelho de Loulé, uma habitação condigna. E felizmente este dossier está a correr bem. Telegraficamente vou dar aqui alguns números. Como sabemos, de todo o parque habitacional existente, de acordo com estudos que vieram a público em várias publicações, na Europa a percentagem de habitação de iniciativa pública a média é de 7,5%. Em Portugal, de todo o parque habitacional existente apenas é de 2%. No Algarve baixa para 1,1% e no concelho de Loulé é ainda pior, apenas de 0,7%. Portanto, temos aqui um enorme desafio pela frente e que estamos a fazer tudo para estar à altura desse desafio, pois repito, mais uma vez, um dos direitos constitucionalmente consagrados é o direito à habitação e que é aquele pilar do Estado social que na verdade nunca foi bem resolvido nestes anos de democracia desde o 25 de Abril. Estamos agora no bom caminho. De acordo com a nossa estratégia municipal e o nosso acordo assinado com o IHRU temos já nesta altura, 34 novos agregados familiares apoiados em modalidade de renda apoiada, isto desde 2015; 134 agregados familiares apoiados em modalidade de subsídio ao arrendamento, portanto, como sabem, abrimos um concurso, as pessoas puderam candidatar-se a um apoio da Câmara e nós temos já 134 agregados familiares com dificuldades por causa dos seus rendimentos familiares em pagar a renda da casa que são apoiados no município de Loulé. Estamos em vésperas de abrir um novo concurso. Depois temos 2 fogos na freguesia do Ameixial, em breve há um concurso onde teremos mais 2 famílias realojadas, e também já agora que é política de habitação da Câmara, por causa da pandemia isentamos até ao final deste ano todas as rendas de habitação social das famílias que vivem no Parque Social de casas da Câmara Municipal de Loulé, o que nos privou de uma receita na ordem de 250.000,00€, receita não arrecadada pois isentamos o pagamento das rendas. Temos 153 novos fogos para empreitadas a muito curto prazo. Debateremos a questão com mais profundidade, mas temos neste momento 6 empreitadas e projetos de habitação em curso de renda apoiada e acessível, como sabem são 2 regimes que são distintos. Dois lotes em fase de empreitada, que são 17 fogos, portanto, estão as obras a decorrer, 12 para renda apoiada e 5 para renda acessível. Temos 2 fogos dispersos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

em fase de reabilitação. Projetos de execução concluídos e revistos que vamos lançar a obra brevemente, 48 fogos. Projetos de execução concluídos e em fase de revisão, ou seja, mal tenhamos a revisão vamos abrir concurso para iniciar as obras, mais 71 fogos. Temos projetos em execução para 3 casas degradadas que foram adquiridas no concelho e a recuperação dessas casas vai-nos permitir ter 11 fogos. Depois temos ainda 2 projetos em fase de estudo prévio que são 4 fogos. Isto totaliza 153 agregados familiares a realojar e a apoiar. Depois temos já, mais atrás, mas também com trabalho feito, terrenos adquiridos em 2 localizações, ainda hoje acabamos de adquirir um terreno na freguesia de Boliqueime, foi feita hoje escritura pela senhora Vice-presidente e, portanto, este terreno adquirido com 2 localizações tem o potencial de 24 fogos, vamos agora fazer projetos. Com acordo para aquisição de terrenos e ruínas, mais duas localizações com acordo feito, que vai dar para mais 30 fogos. Portanto, são mais 54 agregados familiares que estão em segunda linha. Somando estas situações sobre as quais já há trabalho feito efetivo e vai continuar a existir, só aqui temos 207 fogos de habitação. Esta é a perspetiva de curto-médio prazo que está muito bem encaminhada. Tinha aqui mais dados, mas como devemos ter uma Assembleia provavelmente só para este tema depois na altura desenvolveremos.

Passou-se ao ponto seguinte;

3- Período da Ordem do Dia;

a)- Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município ao abrigo da alínea c, do número 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que o relatório foi distribuído a todos os Deputados, é um relatório, como sempre, muito detalhado e muito exaustivo de toda a atividade desde 6 de setembro a 20 de dezembro de 2021, período trimestral. Como esta noite o trabalho nobre da Assembleia versará em matéria fiscal, o orçamento e o plano de atividades para o próximo ano, penso que o tempo esta noite deve ser dedicado a esse assunto que é o assunto mais importante desta reunião da Assembleia Municipal. Como parto do princípio que têm convosco o relatório e que passaram os olhos alguns e outros até o leram seguramente, eu fico disponível para qualquer questão. Não havendo, avançaremos e ganharemos tempo para discutir aquilo que considero eu e julgo que os senhores também, que é toda a política financeira orçamental e planos de investimentos para o próximo ano e seguinte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra à senhora deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que embora haja assuntos possivelmente mais pertinentes para discutir esta noite, eu tenho 3 dúvidas em relação a este relatório. Uma é sobre o ambiente que está na página 33, que é referida a introdução de bicicletas de uso partilhado nas escolas. A minha questão é, em que escolas é que estão ou onde é que estavam e quantas foram adquiridas? Porque eu oiço falar dessas bicicletas há já algum tempo e para ser sincera eu só as vi nas escolas na altura em que este programa foi para a rua. Não as tenho visto, sei que provavelmente com o COVID não serão vistas, mas gostava de saber quantas é que foram e onde é que estão efetivamente. -----

A segunda questão é em relação ao Programa do bem-estar animal, está na página 52, onde é referida que existia uma campanha de esterilização de cães e gatos de companhia com verbas no valor de 9.445,00€ que foram atribuídas pelo ICNF. Gostava de saber quantos cães e quantos gatos foram esterilizados, quantos é que estão em lista de espera e porquê só os animais de companhia? Uma vez que no município também existem animais errantes, logo não são considerados animais de companhia, refiro-me, por exemplo, às colónias de gatos. Depois tenho uma pequena observação, que eu considero que poderá ser eventualmente na minha perspetiva alguma incoerência que tem a ver com a documentação que é apresentada na página 75, a Infralobo refere que foram utilizadas 2.900 poinsetias, estrelas de Natal que se vê agora nas rotundas, e eu gostava apenas de referir uma vez que o Executivo e os documentos elaborados referem constantemente a flora autóctone e a biodiversidade local, a paisagem mediterrânica e no entanto, ano após ano continuamos literalmente a ver a utilização destas plantas, que eu considero que é queimar dinheiro, uma vez que é uma planta oriunda do México, logo, não é mediterrânica, tem uma taxa de sobrevivência extremamente curta, que poderia eventualmente até sobreviver se fosse plantada na Primavera e não em dezembro, é altamente tóxica e venenosa e nós em Portugal temos uma alternativa que a Direção Regional de Florestas até agradece que é a plantação do azevinho, é português e é aconselhável pois é uma espécie protegida, o decreto-lei 423/89 de 4 de dezembro diz exatamente isso, que é aconselhável que seja plantado em todo o território para que ela deixe de ser tão escassa. É uma espécie autóctone de Portugal, protegida e que também tem a ver com o Natal, poder-se-ia perfeitamente substituir por uma que nem sequer fica neste continente. -----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que o programa de distribuição de bicicletas nas escolas foi um programa que dentro da política de sensibilização das novas gerações para a adaptação às alterações climáticas para que as pessoas ganhem hábitos de se deslocarem de casa para as escolas em bicicleta que implementamos aqui há uns anos. Não lhe vou dizer exatamente quando, nem lhe vou dizer o número de bicicletas, pois não tenho aqui, mas posso saber e dar-lhe informação detalhada sobre isso. Agora sei que há bicicletas na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Escola Profissional de Alte, na Escola em Salir e embora os meninos peçam mais e pedem até uma ciclovia, são nesse aspeto umas crianças muito ativas, no sentido de pedirem à Câmara mais coisas positivas no campo da mobilidade ciclável. Existem bicicletas na Escola Secundária de Loulé, na Escola do Agrupamento Duarte Pacheco de Loulé, na Escola D. Dinis em Quarteira e, provavelmente, estou aqui a deixar alguma escola para trás. Os professores tiveram formação para convidar os meninos a utilizar a bicicleta, os pais colocaram algumas questões pertinentes, é uma coisa nova, sabemos que o número de acidentes em Portugal entre ciclistas e automobilistas aumentou muito significativamente e portanto, é natural a preocupação dos pais. Nós em resposta a isso fizemos algumas diligências, no sentido de marcar mais vias com a sinalização de 30, que aliás tiveram na Avenida José da Costa Mealha e que ainda não foram repostas essas sinaléticas de limite de velocidade de 30 quilómetros, exatamente para que as pessoas passem a utilizar uma via que antes era uma via só para automóveis e motas, menos, mas que agora chamamos via partilhada, é exatamente esse novo conceito para podermos trazer pessoas cada vez em maior número a andar de bicicleta. Fazemos um esforço e estamos a fazer projetos para podermos arranjar mais corredores para que os ciclistas possam transitar em condições de segurança. Há até uma oficina na Escola Secundária de Loulé, onde os miúdos podem fazer pequenas reparações das bicicletas, mas a verdade é que o COVID atrasou essas coisas todas e interrompeu e a dinâmica perdeu-se um bocadinho. Vamos retomar até porque cada vez as pessoas vêm por toda a parte nas cidades europeias o uso da bicicleta está atualmente a aumentar exponencialmente e nós queremos estar nessa corrente que vai ao encontro das necessidades futuras de descarbonizar a atmosfera, todos esses valores que nós temos tantas vezes falado quando falamos de ação climática.-----

Relativamente às plantas de Natal percebi e naturalmente que vamos levar em conta a sua observação e vamos ver se no próximo ano, vamos estudar, não lhe digo já, pois preciso de ouvir os técnicos, vamos estudar a hipótese de utilizar outras plantas que possam fazer o mesmo efeito e que, como diz, que não sejam tóxicas, mas na verdade, ornamentar nesta época com plantas e associar ao espírito natalício, eu parece-me bonito, podemos fazer isso. Não tive até hoje, tirando a intervenção da Senhora Deputada, nenhuma notícia de pessoa que tenha sofrido de intoxicação, ou de qualquer prejuízo resultante da plantação daquelas plantas, mas admito que possa ser desconhecimento meu, nós estamos todos os dias a aprender. -----

Sobre os animais de companhia, eu não percebi muito bem, mas só lhe quero dizer que a nossa política não é só para os animais de companhia, é também para os animais que vivem em colónias, que são animais que vivem na rua, sem um dono, que não vivem em casa e procuramos cada vez mais que haja responsáveis por esses animais. Mas aí, confesso que não ouvi muito bem, não sei se quer repetir. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra à senhora deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que em relação às plantas não era tanto pela questão da toxicidade, era mesmo a questão de não ser uma planta mediterrânica, não é sequer uma planta autóctone. Não é invasora, nós não podemos é estar a apelar a uma coisa autóctone e mediterrânica e depois vamos buscar uma planta que é do México. -----

Relativamente ao programa de bem-estar animal, políticas de esterilização de animais de companhia, de apoio à esterilização dos animais de companhia. -----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que pode haver uma incorreção, pois a política de esterilização claramente não é só para os animais que têm dono e de companhia, enfim, é também e sobretudo para os animais que estão na rua.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que relativamente a este documento, sim, são uma série de páginas e que necessita de uma atenção redobrada. Tenho algumas dúvidas que gostava de tirar. Uma na página 38, Reabilitação Urbana, "*o novo Mercado de Quarteira projeta-se como um dos grandes investimentos públicos da autarquia de Loulé tendo em vista a aposta na promoção da economia local baseada no mar e na atividade turística. Em simultâneo está a ser desenvolvido o projeto no espaço público envolvente a este equipamento.*" Isto não me esclarece muito e gostaria de saber qual é o novo Mercado de Quarteira e o que se projeta efetivamente para aí. Outra questão, página 45, Urbanização e Edificação. No mapa o número de projetos recusados com deficiências é muito superior a projetos aprovados. Os projetos que entram na Câmara não têm que ser apresentados por um técnico especializado? Será que a qualidade dos profissionais seja tão baixa que motive tantas recusas? -----

Entre as páginas 31 e 36 há uma série de acordos e associações a esta Câmara. Está no acordo da Cidade Verde, na Semana Europeia da Mobilidade, mas Loulé está cada vez menos verde e a mobilidade está cada vez mais difícil. E relativamente ao "Dia Mundial da Água", a CDU gostava de ver aqui expresso pelo menos a vontade de cumprir os prazos da ONU até 2030. Na opinião da CDU é lamentável que Loulé em locais tão próximos da cidade não haja água, nem saneamento básico. Não se fala disso e acreditamos que em 2030 Loulé falhou com a recomendação das Nações Unidas. -----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse em relação ao Mercado de Quarteira, segundo percebi, está-me a perguntar relativamente à obra do espaço envolvente. Essa obra resulta do estudo que foi feito e tivemos que elevar a cota do Mercado de Quarteira. Como eu disse aqui repetidas vezes, temos um estudo que cenariza o avanço do nível médio das águas do mar e aquela zona é uma zona de risco, exposta a eventos relativamente aos quais é necessário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

antecipar em sede de projeto a proteção do edifício e daquela área. Naturalmente que ao subir o edifício, também temos que subir à volta para que haja concordância e, portanto, o que está escrito aí é isso, senhora deputada, e é nisso que estamos a trabalhar.

Na gestão urbanística, no relatório que aí está, que dá nota do trabalho da gestão urbanística, pergunta-se porque é que há a recusa de tantos projetos, porque é que a recusa é superior ao número de aprovações? É que o número de aprovações é o resultado, às vezes, de duas, três, quatro e cinco recusas, parece estranho, não é? Mas é a verdade. Portanto, aprovar um projeto nesta Câmara ou em qualquer outra, devo-lhe dizer, a legislação não é a coisa mais linear de interpretar, pelo contrário, suscita muitas dúvidas aos profissionais e que se sentem na necessidade de entrar em contacto com a administração, "como é que é, como é que eu faço, como é que não faço?", isso sucede muitas vezes que as respostas chegam aos serviços, mas não são ainda as respostas adequadas para ter um projeto bem feito e poder dar-lhe a licença final. É por isso que há muitos requerimentos que são feitos aos serviços municipais da Câmara e que depois têm recusas, falta isto, falta aquilo, aquilo não está bem, foi mal contabilizado, aquela área está a mais, enfim, um sem número de situações, isso é que o explica esse desfasamento de números. Nós temos a expectativa de durante este mandato de nos dedicarmos a tornar o processo mais fácil, esse é um dos objetivos que vamos procurar concretizar, a seu tempo. Este ano vamos focar-nos no PDM e a seguir vamos para outras questões que são também importantes, como a Câmara poder proporcionar aos profissionais que utilizam os serviços da Câmara, alguma informação no sentido de esclarecer antecipadamente dúvidas que estão sempre a surgir e que muitas vezes são as mesmas.

Pedi para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que queria acerca da situação financeira da Autarquia, com data final de 30 de novembro, ficamos a saber, isto porque vamos falar a seguir sobre o orçamento para em termos comparativos termos alguma base. Neste momento as receitas arrecadadas são € 106.000.000,00 e a despesa € 113.000.000,00. Regista-se com muito agrado que as despesas provenientes dos impostos diretos praticamente asseguram mais de 80% da receita. Por outro lado, vimos que as despesas com pessoal continuam a subir bastante e em contrapartida a aquisição de serviços também continua a subir e verificamos, também, que as disponibilidades financeiras, em caixa na tesouraria, subiram em relação há um ano, portanto, é sinal que a Câmara não teve a necessidade de mexer no que estava em caixa para fazer obras, só que as obras realmente não apareceram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

b) Proposta 111/2021 - Deliberação relativa à informação semestral do auditor externo nos termos da alínea d), nº 2, do artigo 77 da lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na redação atual [Proposta da Câmara Municipal n.º 1639-2021].-----

Foi dada a palavra ao senhor vereador **David Pimentel**, que disse que a informação semestral do auditor externo, do revisor oficial de contabilidade, resumidamente, até porque o tema que gostaria de falar convosco e investir algum tempo será no orçamento, mas a execução das receitas sem o saldo da conta de gerência, neste relatório aponta 60,26 ME e a execução da despesa foi de 59,51 ME, portanto, resumidamente, a execução orçamental do Município apresenta no período um superavit de 746.000,00€. E sobre este relatório é o que me apraz dizer neste momento.-----

Pedi para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que gostaria de fazer um reparo e fazer uma pergunta. Em primeiro lugar, o revisor enganou-se, na página 13 referente ao parágrafo dedicado à composição “na Assembleia Municipal têm 27 deputados, sendo 16 do PS, 7 da coligação, 2 do CHEGA, 1 do BE” e infelizmente o PAN não teve entrada aqui. No primeiro semestre nem havia o Chega na Assembleia Municipal, portanto este parágrafo deve ser corrigido. A pergunta que faço é que gostaria que me explicassem no quadro dívida de terceiros, em 31 de dezembro de 2020 clientes de cobrança duvidosa € 1.177.409,00, em junho de 2021 € 1.467.667,00, portanto, a dívida duvidosa aumentou e eu gostava de saber quem são os clientes que devem esse valor à Câmara?-----

Foi dada a palavra ao senhor vereador **David Pimentel**, que disse que haverá devido às dificuldades económicas e sociais algumas pessoas com alguma dificuldade em pagar do que outras, mas é naturalmente evidente que não vou dissecar os nomes das pessoas que têm dívidas. Se quiser colocar a pergunta por escrito, com certeza que lhe poderá ser respondido de uma forma mais explicita ocultando o nome dos devedores, com toda a franqueza, e esse aumento será conjuntural e explicável seguramente por aí. Agora não deixa de ser um valor que nos preocupa e que tem de ser gerido de maneira a minimizá-lo, sem sombra de dúvidas.-----

Passou-se aos pontos seguintes, que foram apresentados em conjunto mas votados separadamente;-----

c)- Proposta 112/2021- Deliberação relativa à Proposta de Fiscalidade Municipal para 2022 [Proposta da Câmara Municipal n.º 1851-2021] -----

1- Fixação de taxa de IMI, incluindo a redução da Taxa de IMI para as Freguesias do interior e para as famílias com dependentes; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

- 2- Fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; -----
- 3- Aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC; -----

As alíneas d) e e) foram apresentadas em conjunto.-----

d)- Proposta 113/2021- Deliberação relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 [Proposta da Câmara Municipal n.º 1856-2021].-----

e)- Proposta 114/2021- Deliberação relativa à autorização para a assunção de compromissos plurianuais, ano 2022 [Proposta da Câmara Municipal n.º 1857-2021]-----

Foi dada a palavra ao senhor vereador **David Pimentel**, que disse que gostaria de fazer uma apresentação que reúne informação que permite avançarmos nos 3 pontos seguintes. Uma vez que de seguida está o Orçamento e as Grandes Opções do Plano e a política fiscal está vertida precisamente nesse orçamento ele gostaria que esse ponto também fosse incluído nesta apresentação que vai fazer, bem como aquilo que são os compromissos plurianuais que decorrem das Grandes Opções do Plano.-----

Uma vez que o documento do orçamento é um documento extenso e abraça várias áreas de intervenção resolvemos trazer uma apresentação que julgo que pode sistematizar melhor a informação e apresentá-la a todos os presentes, inclusive, às pessoas que nos assistem em casa, estamos a falar de um documento técnico que tem mais de 300 páginas e aqui queremos trazer aquilo que são as principais decisões e estratégias e linhas orientadoras que estão por detrás do orçamento. Numa primeira abordagem, este orçamento resulta de 41 reuniões, mais 123 horas de reuniões com os partidos representados aqui na Assembleia, o qual agradeço todos os contributos e disponibilidade que tiveram, os excelentíssimos Presidentes de Junta e suas equipas que amavelmente receberam a equipa da Câmara nas suas Juntas para assim partilhar connosco também vários contributos de quem sente no território muito próximo dos fregueses aquilo que são as necessidades, também agradecer a toda a estrutura de dirigentes da Câmara Municipal de Loulé e as senhoras vereadoras e os senhores vereadores que também tiveram a amabilidade para essas reuniões, a todas as empresas municipais detidas maioritariamente pelo Município e deixem-me dar uma última palavra, que é uma partilha muito franca e genuína, de um agradecimento muito especial à direção administrativa e financeira na pessoa do doutor **Diogo Fonseca** porque sem ele seguramente este documento não teria sido possível em tempo recorde. Recordem-se que este Executivo tomou posse há 2 meses, este documento poderia ser aprovado em 90 dias, nós estamos a trazer a esta Assembleia num prazo menor daquele que era permitido, em grande parte porque temos uma equipa de excelentes profissionais e portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

cumprimentando o doutor **Diogo Fonseca**, endereço também um forte abraço a toda a equipa que permite que este relatório seja extremamente detalhado, minucioso e com uma qualidade de informação que é rara de se encontrar nos municípios.-----

Como introdução, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município de Loulé continua com uma estratégia muito forte de investimento público nos seguintes eixos estratégicos, Pessoas e Famílias, incluindo a Estratégia de Habitação, que ainda agora o senhor Presidente esteve a materializar o que se está a passar na nossa estratégia, inclui também tudo o que diz respeito à Educação e o que diz respeito à Ação Social, portanto, Saúde e Intervenção Social. Mobilidade e Qualidade de Vida, outra das áreas fundamentais de intervenção do município; Ação Climática, estando tudo o que diz respeito a Eficiência Hídrica e Eficiência Energética; Cultura e Desporto. Fundamentalmente, para os 4 eixos estratégicos, temos um concelho mais inclusivo, um concelho mais coeso, no que diz respeito à coesão social e coesão territorial. Outro dos eixos estratégicos é ser mais competitivo e seguramente mais sustentável. Toda a linha do município tem seguido uma linha mais sustentável. -----

Como cenário macroeconómico, a perspetiva que temos da evolução do PIB para o ano de 2022 será de 5,5%. A população residente progrediu neste último censo realizado em 2021, temos mais 2.185 pessoas no concelho, o país decresce, mas felizmente devido à atratividade do nosso Município há uma progressão de 3,1% daquilo que é a nossa população residente, taxa de desemprego no Algarve, creio que este valor é ainda ao mês de outubro, a média seria de 5,8% que compara com uma taxa nacional de 6,5% e a média de desempregados do concelho de Loulé registamos no ano de 2021, esta média é acumulada de janeiro a outubro de 2021, 3.907 pessoas que compara, como podem ver, com os dados de 2020 e 2019, sendo que o que almejamos é voltar a ter uma economia forte que permita que se reduza substancialmente o número de pessoas no desemprego. Neste gráfico, a linha azul claro é referente a 2019 e a azul mais escuro é de 2021, como se pode ver pelo impacto da economia e do confinamento no início do ano tivemos uma taxa de desemprego muito significativamente acima daquilo que era o nosso padrão histórico, felizmente a partir de maio começamos a ter uma regressão e estamos a aproximar-nos daquilo que era a taxa de desemprego em 2019 ao mês de outubro.-- Política Fiscal que é um dos assuntos que temos para debater na Assembleia, a decisão deste executivo é continuar com a política fiscal municipal mais competitiva do país e é a mais competitiva do país, porquê? Porque a taxa do IMI aplicada é a menor legalmente permitida 0,30%, poderia ser até 0,45%, são os limites inferior e superior à taxa de IMI a aplicar, temos para além disso uma minoração da taxa do IMI para o interior, todas as freguesias localizadas a norte de Loulé, freguesia de São Clemente tem uma minoração, depois deste cálculo há uma redução de 30%, falava há pouco da coesão territorial, aí está uma medida pragmática nesse sentido e o IMI familiar é uma redução do valor do IMI a pagar anualmente em função do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

número de dependentes que temos, portanto, em cada agregado familiar se tiver 1 dependente terá uma redução de € 20,00, 2 dependentes uma redução de € 40,00, 3 dependentes ou mais tem uma redução de € 70,00, portanto, as famílias numerosas, como eu que sou um pai abençoado com 3 filhas, tenho um privilégio de poder beneficiar dessa redução do IMI. Taxa de participação no IRS, o município já desde 2018 que não aplica essa taxa, portanto, sobre aquilo que é a coleta líquida do imposto sobre o rendimento singular das pessoas poderia ser aplicado até 5% para o município, portanto, quem tem a pagar IRS não paga os 5% adicionais e quem tem a receber recebe mais 5% daquilo que é o seu valor do IRS, portanto, é um benefício que fica na economia familiar e no que diz respeito à derrama, também não é aplicado desde 2017, aliás, neste caso antecipou-se em relação à taxa de IRS e isto significa que nas empresas no que diz respeito ao seu lucro tributável não tem um valor a pagar ao município que é possível ser de até 1,5%. O que queremos claramente fazer é potenciar a mais célere recuperação das famílias e das empresas sedeadas no concelho para gerar uma maior competitividade, investimento e geração de emprego. Como é que estas medidas se calculam e como é que nós podemos demonstrar a quem nos está a ouvir aqui hoje o impacto financeiro que isto causa naquilo que é o orçamento da Câmara Municipal de Loulé? Os valores não arrecadados do IMI significa que ficam € 14.600.000,00 nas famílias do nosso concelho, adicionalmente pela não aplicação da taxa máxima de IMI e por aqueles benefícios que eu acabei por vos dizer no interior e para as famílias, o imposto sobre o rendimento singular das pessoas, € 3.700.000,00 que ficam nos bolsos das famílias no concelho de Loulé, é um fator também de competitividade e de atratividade de profissionais para o nosso município e a não aplicação da derrama significa que nas empresas mantém-se € 1.200.000,00 para poderem investir, para poderem gerar emprego, para poderem recuperar daquilo que foi o impacto da pandemia. Ao todo temos € 19.500.000,00 injetados diretamente nas famílias e nas empresas com estas medidas.-----

O orçamento que foi apresentado aos senhores deputados apresenta um valor total de € 132.678.804,00, um dos primeiros grandes critérios de quem gere financeiramente o município é de ter a garantia de que a receita corrente é mais do que suficiente para pagar a despesa corrente e aqui podem verificar que é feito com uma grande diferença ainda, há um excedente de 16,5 M€ relativamente às reservas acumuladas estimadas a 31 de dezembro de 2021, apesar de termos acelerado muito nos investimentos que estão a ser concretizados e que todas as pessoas que vivem no nosso concelho conseguem ver a acontecer diariamente, temos reservas de 51,5 M€, este é o valor que vamos ter para este ano. Depois com base no acordo com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana – com base no empréstimo que também virá a esta casa e que iremos falar, o Plano de Recuperação e Resiliência e os Programas Operacionais que existem vamos utilizar como catalisadores de investimento e o que é que acontece? O orçamento final

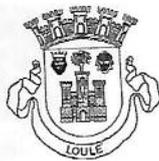


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

previsto passa dos 132,7 M€ para 198,7 M€ incorporando-se este saldo de conta de gerência, portanto, a estimativa já das reservas acumuladas e também está aqui uma verba no que diz respeito ao empréstimo e ao acordo com o IHRU nas receitas de capital, o que pode potenciar muito significativamente as despesas de capital para um valor de € 90.000.000,00 que é o que estimamos para o ano já de 2022. ----

O Equilíbrio orçamental, é umas das ferramentas fundamentais para se poder analisar a estabilidade de um orçamento num município. Para além daquele indicador que vos tinha dado no slide anterior, a receita bruta corrente deduzida da despesa corrente e deduzida da média da amortização dos empréstimos de médio-longo prazo como podem ver é na ordem dos 3,8 M€/ano, quero dizer que temos mesmo assim um significativo e substancial equilíbrio orçamental apresentado para o ano de 2022. No que diz respeito à evolução das receitas mais relevantes do orçamento, sinalizei aqui duas que são aquelas que gostaria de investir aqui algum tempo. No IMT temos uma progressão muito significativa em relação aos valores que estavam orçamentados para os 2 anos anteriores, portanto, estamos com um orçamento em que perspetivamos 51,8 M€, porquê? Porque a estimativa é feita sempre com base nos últimos 24 meses e nos últimos 24 meses temos uma progressão muito significativa. O IMI para o ano de 2021 não se vai cifrar nos 36,9 M€ previsionais, mas acima dos € 60.000.000,00. Quer isto dizer que estamos com muita atração de investidores, muita atração de imóveis e a estimativa que temos para o ano de 2022 apesar de significativamente inferior a este ano, é aquela que é calculada nos últimos 24 meses e daí resulta este valor. No que diz respeito às transferências da Administração Pública, esta oscilação muito significativa tem a ver com o acelerar da Estratégia Local de Habitação, que o Senhor Presidente acabou de enunciar, e com as verbas que virão do IHRU, portanto, as transferências da Administração Pública para este acordo que temos no total € 43.000.000,00. Sobre a despesa e aqui vamos nos reter nas 3 rúbricas sinalizadas, Pessoal, até porque já foi feita aqui uma questão e farei no melhor das minhas capacidades uma explicitação do que é que se passa com a evolução das despesas com o pessoal, daí não ter respondido ao senhor deputado ainda há pouco. Temos também uma evolução nos Bens e Serviços, nomeadamente, nos Serviços que evoluem, e nas Transferências evoluem, também. Já vamos ver o porquê. -----

Despesas com o Pessoal, há uma progressão entre 2021 e 2022 no orçamento de 3,9 M€. Onde é que podemos verificar esta significativa progressão com despesas com o pessoal. A progressão do salário mínimo nacional que começou a ser feito desde o ano de 2018 implica neste momento um aumento de 2,62 M€ no que diz respeito ao processamento salarial da Câmara Municipal de Loulé, temos um total de 864 colaboradores com o salário mínimo nacional, são 43% da força de trabalho atual do Município. Temos também um elemento muito relevante que é a progressão das carreiras e a mobilidade inter-carreiras e inter-categorias, tomamos nota que até à lei do Orçamento de Estado de 2018 as carreiras estavam congeladas na Função



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pública, como muitos de vós saberão, e com esse descongelamento nós tivemos um total de 1.204 colaboradores com uma alteração da sua posição remuneratória. Esta e a mobilidade que foi proporcionada por este Executivo inter-carreiras e inter-categorias originam um incremental de 1,25 M€ no processamento salarial. Temos também, como, tem sido várias vezes dissecado nesta casa, as Novas Competências do Governo para as Autarquias Locais e algumas para as respetivas Juntas de Freguesia, essas novas competências, Educação, Saúde, Ação Social, por exemplo, na Saúde, para aquilo que são os Centros de Saúde no nosso concelho temos 15 colaboradores que adicionalmente passaram para o nosso quadro, Praias e Orla Costeira, para o ano vamos ter mais 4 colaboradores afetos a essa área, entre outras.

O valor que está consagrado no orçamento do Município também inclui os postos de trabalho vagos, não sei se todos os que estão aqui têm noção e os que estão em casa, mas para contratar uma pessoa para a função pública podemos levar de até 1 ano ou mais, consoante o procedimento concursal lançado, as entrevistas que são realizadas e as pessoas que são admitidas. Conclusão, temos todos esses lugares abertos entre técnicos superiores, assistentes técnicos operacionais, bombeiros, fiscais e mais alguns que estão devidamente identificados nos mapas que foram entregues, porquê? Temos de ter claramente a intenção que nos últimos 3 anos temos uma média de 104 pessoas a saírem, por diversas razões, aposentação ou outras infelicidades da vida ou porque vão para outras carreiras profissionais fora do Município ou para o privado e temos que acautelar essa saída de pessoas. Para além disso, temos muitos colaboradores próximos da idade da reforma. Neste momento são 363 pessoas acima dos 60 anos e se formos a considerar acima dos 65 anos são 101 pessoas.

Mais uma questão que influencia a evolução das despesas com o pessoal positivamente, é um investimento que estamos a fazer é nas escolas do concelho. Temos um total de 48 escolas no concelho e lembro que nesta casa houve muito debate no primeiro mandato do PS porque é que não se construíam mais escolas. Tomem nota que do ano de 2014 até ao ano de 2017 houve uma redução de 510 alunos nas escolas do concelho e só a partir daí é que houve uma evolução muito positiva e é muito difícil conseguir gerir e reagir naquilo que é uma empreitada como a construção de uma escola em função desses momentos, apesar de já termos algum trabalho feito, ainda esta semana foi inaugurada uma escola na freguesia de Quarteira e existem muitas mais a sair em breve. 2.292 alunos, não sei se algum de vocês perguntou aos vossos filhos ou aos vossos netos, muito recentemente, como é que são as refeições na escola, mas eu perguntei às minhas 3 filhas e elas estão supersatisfeitas com aquilo que é a qualidade da alimentação nas escolas, não era um facto há uns anos atrás. Servimos 63.434 refeições/mês, das quais 20.866 refeições têm que ser transportadas, pois essas escolas não têm refeitório. Alunos com necessidades educativas, temos 416, alguns desses alunos precisam de rácios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

superiores de funcionários por aluno, pelas necessidades que têm, isto tudo implica mais colaboradores. Já agora, no universo escolar, a Câmara Municipal de Loulé tem atualmente 740 colaboradores afetos aos nossos alunos, aos nossos filhos, aos nossos netos e esse é um investimento para o nosso futuro. -----

Relativamente à Aquisição de Serviços, a progressão tem a ver 3 grandes rúbricas, principalmente. Transportes escolares tem uma progressão de cerca de € 2.000.000,00 e há uma grande progressão naquilo que diz respeito aos resíduos sólidos e à recolha de resíduos. Uma das razões é o aumento da taxa de gestão de resíduos que passou de 11 €/tonelada para 22 €/tonelada e o tarifário da ALGAR daquilo que é os resíduos recicláveis urbanos aumentou de € 39,27 para 68,19 €/tonelada. Isto, obviamente, tem uma repercussão naquilo que são os Serviços. Os serviços aumentam pelo aumento destas taxas definidas pelo Governo. -----

Relativamente aos transportes escolares, este é um direito constitucional de igualdade das oportunidades de acesso ao ensino escolar, temos um total de € 4.050.000,00 previsto para este ano letivo, temos um incremental de 48% quilómetros percorridos neste ano letivo, com o aumento do número de alunos, como já falei, com o desfasamento do horário de início de aulas, quem é pai, mãe, avô e avó sabe perfeitamente disso, bem como ausência de aulas no período da manhã e da tarde. Tudo isto origina que qualquer aluno que esteja a residir a mais de 3 quilómetros da escola tem de ser transportado, o município tem de ter essa garantia, tem de contratar ou fazer com os seus meios próprios, e por isso é que temos 127 circuitos, temos 2.210 alunos que estão a ser servidos por estes transportes escolares, percorremos 2 milhões de quilómetros só de janeiro de 2022 até ao final do ano letivo de 2021 - 2022. A partir do ano letivo seguinte, temos que ver se há mais ou menos alunos, se haverá mais ou menos quilómetros a percorrer. Nos últimos 10 anos, sem incluir o ano de 2021, o valor das transferências do Município de Loulé para as Juntas de Freguesia todas do concelho andava na ordem dos € 3.021.000,00. Para 2022 com a transferência de competências e os contratos interadministrativos, muitos Presidentes de Junta sabem a dinâmica que tem sido feita por este Executivo com os contratos interadministrativos, implica que em 2022 vamos ter que transferir um total de 8.8 M€ para as Juntas de Freguesia, que serão em 2023 11.3 M€. Isto é garantir que quem está próximo da comunidade pode trabalhar com meios, com maior eficácia, com maior eficiência, monitorizando tão bem ou melhor do que a Câmara fazia. Esta é uma estratégia que está delineada há anos, com os documentos legais que vocês sabem desde 2018 e 2019, e felizmente nós estamos a materializá-los com um investimento ou com uma transferência muito substancial. -----

Grandes Opções do Plano. A grande responsabilidade de quem gere o Município é planear a médio-longo prazo e as Grandes Opções do Plano são um reflexo disso. Nos próximos 5 anos quais são os investimentos estruturantes que o Município prevê para servir a sua comunidade e eles estão refletidos nessa parte do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

documento. Habitação, como o Senhor Presidente disse, são € 47.000.000,00. A Estratégia Local de Habitação visa apoiar 1.400 agregados habitacionais, esse documento já veio a esta casa e eu só queria deter-me aqui um pouco. O Parque Habitacional de Iniciativa Pública no concelho de Loulé é de apenas 0,7%, reparem a diferença em relação à média de Portugal e à média europeia. É o 4.º município onde é mais dispendioso adquirir casa e é o 10.º onde é mais dispendioso alugar casa. Os resultados provisórios dos censos de 2021 saíram há poucos dias. Vejam como é que é a evolução dos edifícios por época de construção. Não sei se todos tem a noção, mas de 2011 a 2021 temos menos edifícios construídos do que antes do ano de 1919. Isto é uma ineficiência do mercado, deixou de se produzir casas, deixou de haver oferta, isto é transversal ao país e especialmente ao Algarve, o que origina que tem que haver uma política pública de incentivo à criação de casas porque não é só a lógica de habitação social ou renda apoiada, é a lógica da renda acessível para todas as famílias que têm filhos, há médicos, professores, pessoas que hoje têm muita dificuldade de conseguir ter uma casa e este é dos resultados de uma inflexão muito significativa depois da grande crise de 2008. Na estratégia da habitação tem construção de fogos, por exemplo, em Salir tal como o Presidente da Câmara estava a falar, tem a estratégia da requalificação, por exemplo o Bairro Municipal Fernando Ulrich em Loulé, tem também a reabilitação urbana, por exemplo na zona histórica da cidade e, portanto, há vários investimentos a serem feitos na estratégia de habitação, € 47.000.000,00. -----

Educação, escolas, está já adjudicada a futura Escola e Creche do Forte Novo, Escola EB1 e J1 em Loulé, Quarteira, Jardim de Infância, refeições escolares, conforme já tínhamos falado e as férias para Todos, quem é pai sabe qual é o valor intrínseco das Férias para Todos no Verão. Saúde e Intervenção Social, com € 23.000.000,00, Unidade Saúde Familiar em Loulé, Unidade de Cuidados Contínuos dos Agentes de Loulé, entre outras, transferências para as IPSS, vejam o valor dos próximos 5 anos que nós transferimos para as instituições particulares de solidariedade social do nosso município.-----

Mobilidade, ainda agora se falava de mobilidade, posso falar do Programa partilhado de bicicletas no concelho, podemos falar sobre a Circular Norte de Loulé, uma verba se calhar pequena, mas muitíssimo importante para humanizar o espaço público, são os pilharetos, ou seja, a leitura inteligente de matrículas para Loulé e para Quarteira, zona história; rede de água e esgotos; Qualidade de Vida onde está inscrito o Mercado Municipal de Quarteira.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **José João David (PS)**, que disse que reconhecendo que o senhor Vereador já fez uma apresentação bastante clara, no entanto, tenho alguns assuntos para salientar. O orçamento municipal constitui um importante instrumento de apoio e controlo à gestão do município devendo a sua elaboração a aproximar-se tanto quanto possível da realidade a acontecer no ano a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que diz respeito. A realização deste documento exige a identificação clara dos objetivos e das ações a concretizar com a devida definição de prioridades tendo em conta a conjuntura económica atual e previsional. Tal como a situação financeira do Município, os recursos disponíveis, nomeadamente os recursos humanos, o enquadramento legal, em que o Município se move. Dada a dinâmica no nosso concelho o que se espera então é que o documento em apreço, reflita a situação financeira vivida e dê as respostas que se impõem para 2022. O orçamento para 2022 apresenta o valor previsional de 182,7 M€, o que produz um aumento em relação ao ano anterior de cerca de 24,6 M€. No entanto, nos documentos disponibilizados sobressai a informação que o valor do orçamento após a incorporação de reservas vai atingir um montante aproximado de cerca de 198,7M€. O valor do orçamento reparte-se em cerca de 117,8 M€ com origem em despesas correntes e 14,9 M€ em receitas de capital. No que respeita à evolução das receitas é de destacar a alteração verificada no valor recebido em IMT cujo montante previsível se situa para 2022 em cerca de 51,8 M€ contra os 36,9 M€ do ano anterior, sendo utilizado o mesmo critério previsional. Tão significativo aumento não pode deixar de ser enaltecido pois traduz a preferência pelo nosso concelho, resultado das políticas seguidas pelo Executivo quer no que respeita à política fiscal, ambiental, cultural, patrimonial e de pessoas, entre outras. Quanto às despesas orçamentadas o que me apraz afirmar é que o orçamento vai ao encontro das mais nobres solicitações. No que concerne às despesas deve-se destacar a rubrica referente ao investimento onde se pode destacar a aposta na habitação, na saúde, na educação, na mobilidade e na qualidade de vida, na ação climática, na cultura e desporto em que o valor orçamentado ascende em 26,6 M€ que posteriormente após a incorporação de reservas permite que o valor possa ascender até aos € 90.000.000,00. Os projetos em execução são vários, tal como os em fase de adjudicação, pelo que o montante será utilizado irá depois depender de um conjunto de fatores que se deseja que sejam favoráveis ao investimento. Quero aqui centrar também a minha atenção em algo que se deve considerar investimento nas famílias por parte do Município, que não vem diretamente espelhado no orçamento e que deriva da política fiscal associada ao IRS e ao IMI com a aplicação mínima possível das taxas associadas que substanciam um significativo aumento do rendimento disponível das famílias no valor de 18,3 M€. A mesma política é implementada quanto às empresas não cobrando a derrama deixando nestas um montante de 1,2 M€ que podem aplicar quer em investimento, quer para fazer face a despesas várias. Estas duas medidas são em simultâneo uma significativa quantia de 19,5 M€. Também considero crucial o valor das transferências financeiras para as Juntas de Freguesia que ascende ao montante total de 8,8 M€ quer pela sua proximidade às populações que podem aplicar de forma mais eficaz e célere, respondendo às necessidades das populações. Não posso deixar aqui de me congratular com esta medida que deve ser reforçada sempre que sejam criadas as condições para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

implementar. Depois de abordar alguns aspetos que considero relevantes neste orçamento, deixo aqui uma referência de particular relevância financeira, olhando para o equilíbrio orçamental que é cumprido com uma margem substancial no montante previsional de 12,64 M€. Para terminar, solicito os seguintes esclarecimentos por parte do Executivo, qual a razão pela opção de contratação de um empréstimo de cerca de € 26.000.000,00 quando o Município detém reservas acumuladas de 51,5 M€? Da implementação da Estratégia Local de Habitação o Executivo é acusado de adquirir casas dispersas a qualquer preço. Como intervém o Executivo neste mercado? Tendo presente a necessidade de mitigar os problemas ambientais como vai proceder o Executivo quanto à aquisição, substituição da frota automóvel e à prossecução da Estratégia para a Eficiência Energética nos edifícios de responsabilidade do município? Já hoje se sente a falta de água potável no concelho, o Executivo coloca a possibilidade de construção de bacias de retenção de água? Como equaciona solucionar este sensível problema? Sendo que estamos perante um orçamento que dá respostas necessárias e adequadas às mais variadas aspirações dos munícipes deste concelho, proponho que me acompanhem aprovando provavelmente o orçamento apresentado para 2022.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que a bancada do Partido Social Democrata entende que sobre a política fiscal do Município existem disponibilidades financeiras e realmente esta questão de se continuar a cobrar os mínimos a nível de impostos é bem visto pela nossa bancada, pois não faz sentido estar a onerar as famílias e as empresas com mais encargos. Perante a nossa perspetiva está tudo correto.-----

Relativamente ao orçamento de 2022, este exercício possui de facto as contas equilibradas, claramente que os impostos diretos têm aqui uma grande relevância, nomeadamente, o IMT, mas a história diz-nos que este é um imposto altamente volátil e variável, deixamos aqui esta advertência que certamente o Executivo perceberá.-----

Do nosso ponto de vista, consideramos que não é apanágio de uma gestão responsável, pois naturalmente seria de esperar que mais IMT significasse mais obra e neste caso temos o contrário. Mais IMT significa mais recursos humanos. As pessoas pagam os seus impostos e querem obras, querem que melhore a sua qualidade de vida, que também motive o investimento e realmente essa é uma questão que nos está aqui a colocar muita confusão.-----

Não podemos também esquecer que em 2013 a despesa com pessoal era € 25.000.000,00, arredondado, em 2019 a despesa passa para € 32.000.000,00, em 2022 será os € 42.000.000,00, isto representa que de 2013 para 2022 houve um crescimento da despesa de 66% e de 41% de 2019 para 2022. Só esta despesa fixa pode comprometer a capacidade do Município em investir naquilo que é necessário, além de aumentar a estrutura de custos fixos desta Autarquia de forma dantesca,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

podendo comprometer a capacidade de no tempo a Autarquia fazer face a possíveis adversidades. A nossa análise do orçamento não é só motivada sobre a questão dos recursos humanos, na contratação de pessoal, mas também de um despesismo que está a ser feito, pois não estão a zelar pelos interesses do Município. Isto é visível, por exemplo, nas Grandes Opções do Plano em que temos, por exemplo, na União de Freguesias em que assinalamos uma importante verba para a concretização do Geoparque Algarvensis, Loulé-Silves-Albufeira, de € 500.000,00, só que no entanto esta bancada sente-se confusa porque de facto para estes projetos dinamizadores do interior funcionarem são precisas pessoas no território, é preciso que haja capacidade também de fixar as pessoas, pois a cultura local acontece com os residentes, caso contrário não há cultura, há só paisagem e património. Senhor Presidente, também é importante que nos possa esclarecer aqui qual é a sua estratégia de habitação para a União de Freguesias, uma vez que não contemplamos nestas Grandes Opções a criação de fogos habitacionais na mesma. Dizer também que relativamente à Freguesia de Quarteira também estranhámos que depois de tanto mediatismo em torno, por exemplo, da construção do Centro de Educação e Cultura ele apareça-nos aqui, ainda como projeto, porque realmente as pessoas estavam com uma grande emoção relativamente a esta matéria e claramente ainda tarda.-----

Ver também aqui que há uma situação estrutural para Quarteira que é a Avenida Marginal de Quarteira, fala-se muito da sua intervenção na Freguesia pela cidade, no entanto, também não a vemos aqui representada, tal como a Rua 25 de Abril, que já tinha projeto e depois voltou para trás e foi novamente revisto e cada vez mais atrasos relativos a esta matéria, mas que também não está aqui. Também deixaremos aqui presente outra situação porque elas vão se sucedendo e realmente existe aqui uma característica do Executivo que é, motiva as pessoas a participar, chama as pessoas a serem decisores e depois, realmente, as situações não avançam, tal como a requalificação do Estádio e Pista Municipal de Quarteira em que na altura falava-se que estaria alavancado em € 6.000.000,00 e até ao momento nestas Grandes Opções do Plano também não se constata nada. Gostaríamos de saber em que situação é que se encontra esse projeto. Relativamente à rubrica de € 450.000,00 para a requalificação de espaços desportivos, nomeadamente campos e sintéticos, consideramos que é pouco dinheiro uma vez que temos, por exemplo, o Campo de Boliqueime que se encontra devoluto, da Tôr que também se encontra devoluto e se de facto estes € 450.000,00 contemplam a requalificação destes espaços ou não.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Maria Esteves (PS)**, que disse que se vai focar na Educação, mas a Família e as Questões Sociais estão sempre de premeio nestas questões. Este orçamento ao reservar para o setor da Educação € 49.500.000,00, cerca de 37% do orçamento total é bem demonstrativo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

reconhecimento por parte do Executivo deste setor como um setor estratégico como um pilar de uma sociedade democrática e equitativa, de uma sociedade coesa-inclusiva. Ao investir em Educação, investe-se em valor e isso sim é verdadeiro investimento. O concelho de Loulé registou nos anos letivos de 2014.-.2015 e 2021-2022 um aumento de cerca de 1.772 crianças e alunos, contando o presente ano letivo com 11.412 distribuídos pelos estabelecimentos de ensino do concelho de Loulé, caso a saber, uma Escola Profissional, uma Escola de Música, um Colégio Privado, uma Escola Secundária não agrupada e 5 agrupamentos de 44 escolas num total de 48 estabelecimentos de ensino. Este aumento do número de alunos aponta para o crescimento da população escolar muito à conta dos filhos de emigrantes e contraria a diminuição de 4% verificada na população residente intersecária nos censos de 2011 e 2021, entre os 0 e 24 anos a nível nacional com uma diminuição de cerca de 1.200.000 alunos em 2014 e 2020 de acordo com a informação estatística disponível. A par disto verifica-se a tendencial diminuição do número de alunos por turma, o aumento de crianças e alunos que reduzem grupo de turma, a crescente diversidade cultural, linguística, étnica, religiosa, entre outras, com as necessárias adequações e adaptações curriculares orgânicas institucionais, a ampliação de ofertas educativas e informativas, ou o advento da autonomia e da flexibilidade curricular, o que coloca uma crescente pressão sobre as escolas e sobre o Município para responder adequadamente em termos de edificado, recursos humanos, da ação social escolar, de gestão da rede de transportes escolares ou de fornecimento de refeições com a qualidade que se impõe e que já lhe é reconhecida. No que se refere aos transportes escolares, um investimento de € 4.050.000,00, 127 circuitos com necessidades seguramente até de ajustes por aquilo que aqui foi dito, 2.210 crianças e alunos a transportar é um bom indicador de que nenhuma criança, nenhum aluno neste concelho, ficará para trás no seu direito, ao acesso, à participação e ao progresso escolares.-----

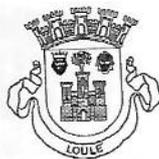
Também o forte investimento em recursos humanos constitui condição necessária para o êxito de qualquer política pública em educação, não podemos exigir uma escola pública de qualidade sem reivindicar a dotação do mais relevante capital, o capital humano. No que lhe compete, este Executivo afeta as escolas 36,94% dos seus recursos humanos, com especial expressão nos assistentes operacionais, 639, que serão necessários mais, assistentes técnicos 96, e técnicos superiores 13, designadamente psicólogos. Ainda em matéria de investimento no setor da Educação importa salientar um horizonte temporal 2014 - 2020 o aumento de 46 salas entre reabertura, remodelações, construções, desde a educação do pré-escolar até ao final do ensino básico, 6 cozinhas ou refeitórios entre reformulações e construções, 8 escolas e/ou monoblocos entre construções, remodelações, obras em curso e em projeto. O município de Loulé tem vindo a assumir progressivamente competências nesta área na Educação, que é complexa e estruturante, mesmo antes da publicação da Lei-Quadro da Transferência de Competências, a Lei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

50/2018 de 16 de agosto, preparando de forma ponderada o pleno assumir essas competências num quadro financeiro e humano sustentado e adequado. O próprio Conselho Nacional de Educação recomendava em 2018 que “cada autarquia local só inicie o exercício das competências transferidas quando dispuser dos necessários recursos financeiros e dos adequados recursos humanos para o efeito.” Dito isto, se é verdade que a taxa de abandono escolar precoce a nível nacional tem vindo a diminuir assinalavelmente, que as taxas de retenção-desistência também têm vindo sistematicamente a diminuir no país e na região, não é menos verdade que o Algarve apresentava em 2019 a maior taxa de retenção-desistência do continente e Loulé também nesta realidade só se assemelhava ao Alentejo e às regiões autónomas. Como também não é menos verdade que os recentes dados do INE assinalam um aumento do número de trabalhadores em risco de pobreza que passou de 16,2% em 2019, para 18,4% em 2020, sendo a maior subida registada no Algarve, e depois penso que a zona de Lisboa e Vale do Tejo. Esta realidade potenciada pela pandemia que teima em persistir pode e deve ser combatida com políticas públicas de proximidade. Enquanto tivermos crianças, famílias a viver na pobreza não cumpriremos os desígnios do Estado social, filho daquela alvorada de 25 de Abril de 1974, não garantiremos em plenitude os direitos humanos, não somos, não seremos uma sociedade, uma comunidade solidária e inclusiva. Por isto, senhor Presidente, por todos nós importa continuar a intensificar o investimento na educação como motor de desenvolvimento, de competitividade, cidadania ativa e continuar a intensificar o já robusto apoio às famílias tantas delas em solidão social, sem a retaguarda de uma família alargada e/ou até sem capacidades e/ou competências para procurarem os serviços públicos, é estas a que temos que chegar. Se assim fizermos, estaremos sempre com as pessoas e confiaremos no futuro.

Pedi para intervir a senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que relativamente ao Pacote Fiscal do Município de Loulé para 2022, congratulamo-nos com a fixação do IMI na taxa mínima, e com a discriminação positiva nas freguesias do interior do concelho de Loulé, uma vez que é de facto um incentivo para que mais famílias se instalem nessas zonas combatendo assim a sua desertificação. No entanto, somos críticos quanto à aplicação do chamado IMI familiar por várias razões. Primeira, discrimina seletivamente famílias sem filhos que podem eventualmente terem tantas dificuldades económicas como aquelas que os têm. Segunda, para muitas famílias com filhos o alívio fiscal é praticamente inexistente ou pouco significativo. De acordo com os últimos censos existem 29.515 famílias a residir no concelho e mais de 60% destas são compostas por uma única ou 2 pessoas. Logo, o peso do agregado familiar com mais de 3 dependentes é mínimo. No nosso entender, para que a justiça social fosse efetiva esta redução deveria ser calculada de acordo com o rendimento do agregado familiar e não unicamente pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

número de dependentes. Relativamente à participação variável do IRS também este Executivo beneficia um pequeno leque de contribuintes, deixa de fora a grossa maioria dos seus munícipes. Ora, considerando que em 2022 uma remuneração mensal de € 710 não fica sequer sujeita a retenção na fonte e que o salário mínimo passará a ser € 705 e que a maioria da população tem contratos de trabalho precário e a declarar o salário mínimo, este benefício apenas chega às pessoas que têm salários superiores e conseqüentemente maior capacidade económica. Em nosso entender, seria preferível que a Câmara arrecadasse esta verba por inteiro e com ela fazer investimentos públicos que de uma forma mais justa serviriam toda a população. Esta bancada propõe que no próximo ano a Câmara apresente uma informação discriminada do número de beneficiários deste incentivo para se fazer uma leitura clara de quantos cidadãos beneficiam ao certo desta isenção, comparado com o número de residentes louletanos. -----

Quanto à derrama, no caso de Loulé o tecido empresarial é constituído em grande parte por grandes empresas do setor hoteleiro e cimenteira. Não somos a favor da aplicação de taxas máximas, no entanto, e especialmente em Loulé defendemos isentar as empresas locais com um volume de negócios inferior a € 150.000,00 por ano, mas devendo ser aplicada a derrama nos restantes casos. A isenção da derrama pode atrair empresas, sim, mas apenas para estabelecer a sua sede no concelho para beneficiar desta isenção e desenvolver a sua atividade num estabelecimento fora deste concelho. A derrama é determinada pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos, no entanto, isso não acontece o que permite malabarismos por parte de empresas que declaram IRC de acordo com a sua morada de sede. À semelhança da nossa posição relativamente à participação variável do IRS, a derrama em Loulé deveria ser aplicada e utilizar esta verba para as necessidades da população em geral e evitar então a contratação de empréstimos bancários e suportar os custos dos mesmos.-----

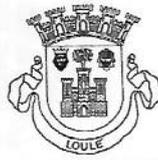
Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que falou acerca da fiscalidade municipal. Devido à boa situação financeira do município e às receitas volumosas provenientes do IMI e particularmente do IMT justifica-se plenamente manter a aplicação da taxa mínima prevista para o IMI e as isenções em vigor ao nível da derrama, no apoio às famílias com filhos e na devolução dos 0,5% do IRS aos contribuintes deste concelho. No entanto, julgamos que poderiam ter ido um pouco mais longe e nesse sentido apresentamos algumas sugestões no âmbito da construção do orçamento e cito "alargamento da minoração em 30% às zonas rurais das freguesias de São Clemente, São Sebastião e Boliqueime onde se verificou também uma acentuada redução da população como incentivo à fixação de pessoas e empresas." À concessão de uma redução do IMI de 20 a 30% nos imóveis destinados ao arrendamento. Redução de 30% do IMI nos imóveis pertencentes aos desempregados ou os mais afetados pela pandemia e aos imóveis dedicados às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

atividades das empresas onde ocorrem perdas comprovadas de rendimentos.-----

Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte (**António Martins**), que disse que gostaria de chamar a atenção para as questões da eficiência hídrica e energética e combate das alterações climáticas. Tal como vem referido no documento apresentado sobre as Grandes Opções do Plano, as alterações climáticas representam um desafio incontornável para as gerações atuais e vindouras, Estados e comunidades locais colocando ameaças, mas também oportunidades em todas as dimensões do desenvolvimento social, económico e ambiental. Neste contexto, bem vai o Executivo da Câmara Municipal de Loulé ao instituir esta como uma das áreas prioritárias de investimento, bem assim como a sucessão da sustentabilidade e ao combate às alterações climáticas como um dos eixos estratégicos transversal a toda a política municipal. O combate às alterações climáticas e a busca pela sustentabilidade ambiental não são tarefas apenas do Governo central, antes exigindo o empenho da sociedade como um todo e em especial o nosso, de todos nós aqui presentes enquanto decisores locais. São preocupações que devem estar a montante de todas as opções quer dos municípios, quer das Juntas de Freguesia. Nunca como neste momento a máxima pensar global, agir local, fez tanto sentido. A Câmara Municipal de Loulé foi pioneira entre os municípios portugueses quanto tornou esta uma das temáticas centrais da sua política. Mais uma vez este Orçamento e as Grandes Opções do Plano não dececionam, reservando uma verba de € 5.226.610,00 para Eficiência Hídrica e Energética e Ação Climática, do qual gostaríamos de destacar: aquisição de equipamentos no âmbito da eficiência hídrica, beneficiação das redes de distribuição de água no âmbito da eficiência hídrica, melhoria da eficiência energética, integração de energias renováveis nos edifícios dos Paços do Concelho, melhoria da eficiência energética, integração de energias renováveis em edifícios municipais, aquisição de equipamentos de eficiência energética, aquisição de carregadores para veículos elétricos, projeto da comunidade energética, projetos e iniciativas de ação para a economia circular, aquisição de viaturas elétricas e híbridas, limpeza de linhas de água. Claro que, como terão comprovado todos aqueles que leram o documento com alguma atenção, o investimento nesta área é muito maior do que o indicado, uma vez que muitas das medidas incluídas em outras rubricas devem ser aqui contempladas já que esta é uma questão transversal à política municipal. Assim e apenas a título de exemplo poderíamos citar: o investimento em modos suaves de mobilidade como as ciclovias e o sistema de bicicletas partilhadas, os transportes públicos gratuitos, a limpeza de terrenos e a construção de aceiros e mosaicos no âmbito da prevenção e combate a incêndios, a nova filosofia que preside ao projeto de conclusão da Circular de Loulé, a ampliação das redes de abastecimento de água, programa digital orientado ao desenvolvimento económico e social do interior do concelho, requalificação ambiental das ribeiras, Geoparque Algarvensis. É por via



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

destas medidas e todas as outras que não cabem nesta pequena intervenção que o Município de Loulé mantém o lugar de referência nacional em políticas ambientais e de combate às alterações climáticas e que paulatinamente vamos construindo um concelho mais sustentável e atrativo com garantia de qualidade, quer para os residentes, quer para investidores e turistas.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Ana Poeta (PAN)**, para falar sobre a fiscalidade municipal para 2022. A bancada do PAN aprecia favoravelmente a proposta apresentada pelo Executivo relativamente à redução das taxas de IMI a aplicar nas freguesias onde é necessário combater a desertificação. No entanto, relativamente à derrama proposto para discussão, a proposta do Executivo vai no sentido de isentar todas as empresas. Ora, se o contexto pandémico criou dificuldades inesperadas e desafios às atividades económicas não é menos verdade que as questões de matriz ambiental deverão de alguma forma acompanhar as decisões políticas. As políticas a implementar sejam elas, gerais ou fiscais, devem sempre objetivar os ODS. Sendo assim, no que toca ao critério de atribuição às isenções ou na aplicação das taxas reduzidas, o critério setor de atividade é justamente o único que poderá ser diferenciador no contexto da sustentabilidade ambiental. No entendimento da bancada do PAN a proposta não diferencia as empresas verdes, as sustentáveis e as que efetivamente se objetivam nos ODS. Assim e considerando que o PAN assume como princípio político e não o apoio fiscal às atividades económicas que atentem a biosfera, os ecossistemas e o bem-estar animal independentemente do seu volume e de negócios e de criação, o PAN irá votar contra.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **José Miguel (PS)**, que disse que vem falar acerca da Cultura e do Desporto, que sendo duas áreas distintas têm alguns pontos de convergência, tais como a promoção do bem-estar da vida das pessoas, o apelo à sua criatividade, à excelência no seu desempenho e acreditamos que à melhoria da sua condição social, física, psicológica e de saúde em geral. O Município de Loulé, nomeadamente o seu Executivo, acredita firmemente serem estas áreas fundamentais na promoção de uma cidadania ativa, participativa e pensante. Podem e serão também catalisadores de atração turística contribuindo para atenuar a sazonalidade revestindo-se deste modo de uma importância fundamental para a promoção da nossa região e das nossas pessoas. Estas são áreas onde o nosso concelho tem, é e será reconhecido como um concelho de excelência. Deste modo, destacamos o investimento nestas duas áreas, nomeadamente, na Cultura, a reabilitação do antigo Casino Quarteira, a programação do Cineteatro, os Santos Populares de Quarteira, o Festival MED, a criação da Associação Algarvensis para a gestão da candidatura do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira, Programa de Apoio a Artistas Residentes, Programas de Apoio para

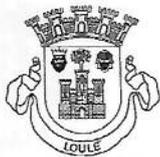


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

desenvolvimento cultural, Bolsa de Apoio ao Teatro, a Musealização dos Banhos Islâmicos e a sua classificação como Monumento Nacional, o Projeto do Centro de Educação e Cultura de Quarteira e o Quarteirão Cultural de Loulé. No Desporto, o Pavilhão Multiusos de Almancil, o Centro de Atividade Física Andar-Correr-Pedalar, esta será uma infraestrutura penso que muito importante para a prática informal do desporto, a reabilitação de campos municipais e a sua manutenção e no Desporto muito importante os programas de apoio para a formação e o desenvolvimento desportivo. Para que tenham uma noção, o Município apoia cerca de 10.000 atletas de 78 modalidades e 37 clubes ou associações, para que se tenha uma ideia do ecletismo que o nosso concelho comporta. A par disto, convém relevar também que em 2019 a Câmara de Loulé apoiou cerca de 360 eventos. Em 2021, já em tempo de pandemia, foram compreensivelmente menos, cerca de 139 os eventos apoiados. Além disto, o apoio à realização de eventos desportivos também já de alto gabarito e com uma base eclética também muito importante nos quais posso destacar o ténis, a ginástica, a natação, o hipismo, a vela, o triatlo, o ciclismo, etc., se calhar até estou a ser um bocado injusto para outras modalidades. Por último, quero deixar uma palavra de apreço ao trabalho da Câmara Municipal de Loulé através do seu município, mas também uma palavra de homenagem e uma homenagem sentida a todos os que nas várias associações e clubes trabalham diariamente para que a população em geral e particularmente para que as nossas crianças e jovens possam através do acesso à cultura e à prática desportiva ter um estilo de vida saudável e um meio para cumprir os seus sonhos de menino. E julgo que aqui entre nós se calhar todos nós passamos por isto e sabem reconhecer a importância deste trabalho das pessoas no dia-a-dia.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que disse que em relação a estas apresentações, elas de facto são sempre muito giras, dizer ao senhor vereador que ambição é muito positivo, mas a ambição sem concretização valerá hoje e sempre zero. Nós já vimos nos anos anteriores estas apresentações, agora seria simpático enviarem-nos, o senhor vereador disse que estaria disponível de enviar agora e a quem quisesse, nós Deputados e acho que isso é comungado por todos, seria bastante benéfico termos acesso previamente a essas apresentações que a verdade é que facilitam imenso a resumir todos os eixos principais deste Executivo. Como foi dito por alguns deputados, de facto os documentos são extensos, dificultam muito a análise e a verdade é que este documento facilita imenso a perceber quais é que são os eixos deste Executivo. Portanto, se queremos todos fazer um trabalho para melhorar este concelho acho que era pertinente enviarem-nos isso previamente. -----

Sobre o Pacote Fiscal aqui apresentado que é o mesmo desde 2018, naturalmente que apoiamos, felizmente temos um orçamento que permite manter a taxa de IMI na taxa mais baixa, ter a derrama a 0%, tudo muito bem. Não acreditamos, no entanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que essas medidas sejam suficientes para auxiliar as empresas e as famílias. Estamos a falar, por exemplo, no caso das empresas, creio eu se estiver errada corrijam-me, de uma poupança de cerca de € 1.000.000,00 a dividir por todas as empresas do concelho de Loulé. Ora, faltam, na nossa opinião, medidas que apoiem de facto as empresas. Das 43 reuniões que o Executivo teve, com quantas entidades do tecido empresarial é que contactaram? E estou a questionar naturalmente não as municipais, já para não falar que podiam ter apresentado benefícios fiscais para o interior do concelho, para a reabilitação de imóveis no interior, o meu colega de bancada João Santos falou na questão da União de Freguesias, que não está previsto nada e é um problema, é uma temática que já trouxemos aqui, é que há vários imóveis devolutos na União de Freguesias que necessitam de medidas de apoio e que está a ser absolutamente ignorado. Também gostaria de ter visto dentro de todos os slides que foram aqui apresentados, algum slide ou vários com medidas especificamente para os jovens e para a sua fixação dos jovens no concelho de Loulé. Há sensivelmente um ano numa sessão sobre o estado do município esta bancada demonstrou uma preocupação com a concretização dos projetos e com os *timings*, na altura, por exemplo, falavam-se em habitações para 1.400 famílias que seriam concretizadas em 2030, o que na altura achamos uma piada de mau gosto. O que acontece é que este pacote de medidas que hoje nos apresentam numa série de áreas comete o mesmo erro, é que não concretiza os *timings*, ou seja, nós vemos várias prioridades, perdemo-nos nessas prioridades e não conseguimos entender o que é que é prioritário dentro das prioridades. Sabem quando enviam um email a dizer que é urgente, todos os e-mails são urgentes e nós às tantas já não sabemos de facto o que é que é urgente. E, portanto, parece-me que é isto que está a acontecer, mas afinal o que nós queremos saber é o que é de facto prioritário para este Executivo. Para nós, para a bancada do PSD, há 3 temáticas que são mesmo prioritárias, habitação, mobilidade e saneamento básico. Aquilo que nós queremos entender é quais é que são os prazos para estas áreas direccionadas. Para quando a sua concretização? É que daquela panóplia de medidas, quais é que serão as primeiras a ser executadas? É que não basta apresentar uma série de medidas, sem perceber quando é que vão concretizar, o quê? Da análise do orçamento podemos constatar um grande aumento da despesa fixa do município que são suportadas em receitas imprevisíveis e que não dependem da Câmara que é o IMT, o que poderá, é bom que se tenha essa noção, colocar em perigo o equilíbrio das contas deste Executivo.-----

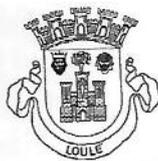
Foi dada a palavra ao senhor deputado **Fábio Nobre (PS)**, que disse em primeiro lugar querer elogiar a política fiscal, achar que é uma ferramenta importante de coesão territorial e, portanto, nisso o Executivo parece ter essa sensibilidade. Fazer também uma pequena adenda à minha colega deputada da CDU em que diz que a grande empregadora do concelho são as grandes empresas, não, não são, são as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pequenas e médias empresas que empregam grande parte da população do concelho e, portanto, faz todo o sentido todo o tipo de apoio que for possível. Agradecer também ao vereador **David Pimentel** que, com o tempo apertado, apresentou uma explicação e uma explanação muito coerente e clara que tiraram muitas dúvidas, apesar de, sim, ter algumas preocupações e sei que serão acompanhadas atentamente em relação a algumas despesas fixas, nomeadamente, com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços, apesar de o senhor vereador ter explicado o porquê, portanto, sabemos que de momento as contas do Município estão saudáveis, estão controladas. Como o tempo é pouco, vou apontar os pontos mais importantes. Felicitar pelo avanço do Mercado Municipal de Quarteira, que é uma grande obra e que sem dúvida faz falta não só à Freguesia de Quarteira, como também para dinamizar todo o município. Felicitar também pela requalificação do Casino Velho de Quarteira e aqui não poderia dizer isto, nem abordar a Cultura sem também dar voz a alguma mágoa por ver que o Centro de Educação e Cultura de Quarteira não avançará este mandato, o Presidente sabe que era algo que me era muito caro, também sabe que foi um compromisso que fez com os quarteirenses e com o concelho e, portanto, não poderia deixar passar esta palavra. Por outro lado, a Estratégia Local de Habitação nós vemos que há um investimento, vemos que não tanto na Freguesia de Quarteira, também por causa de fatores económicos, nós sabemos que os terrenos são mais caros naquela zona e, portanto, quando vemos por exemplo os 12,5 M€ para o loteamento em Loulé CLONA, perceber se pessoas de outras freguesias com maiores necessidades habitacionais, nomeadamente, Freguesia de Quarteira, de Almancil ou de Boliqueime, poderão ter eventualmente acesso a essas habitações porque isso sim também é muito importante para a coesão territorial garantir mesmo que pessoas que não sejam dessa freguesia poderão eventualmente ter acesso a essa habitação. Porque eu imagino um concelho futuro em que a malha urbana entre Quarteira, Almancil, Loulé, Boliqueime quase não é distinguível, portanto, no futuro se se for bem estruturado, acredito que possamos construir uma malha urbana consistente e que possa competir com o melhor que há neste país. Eu percebo que a freguesia de Quarteira, que aliás registou o maior aumento da população em 10 anos, 12%, é onde essa necessidade é mais pungente, mas também percebo que há complicações e dificuldades na aquisição de terrenos e de casas. Portanto, o meu apelo ao Executivo nesse sentido é para que tenham em atenção a importância da coesão territorial e de que em todos os sítios onde seja possível encontrar habitações também se considere pessoas que não dessa freguesia, de certeza que é isso que sucede. Para terminar, parece-me que é um orçamento controlado, equilibrado, bem conseguido e, portanto, acho que há margem para trabalhar.

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse era só para corrigir a correção do deputado **Fábio Nobre**. Eu não disse que as grandes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

empresas eram as maiores empregadoras, eu disse que Loulé é constituído por grandes empresas e essas sim, que têm milhares de lucros, deveriam pagar derrama porque realmente sim as pequenas empresas são as que mais empregam e têm grandes dificuldades por isso é que esta bancada defende a isenção até aos € 150.000,00 e o excedente a tributação com a derrama.

Passou-se à votação;

1- Fixação de taxa de IMI, prédios urbanos avaliados incluindo a redução da taxa de IMI para as freguesias do interior e para famílias com dependentes: foi aprovado por maioria, com 34 votos a favor e 1 abstenção da Deputada Carla Gomes (CDU);

2- Fixação da percentagem referente à participação variável do IRS constante na proposta do Executivo: foi aprovado por maioria, com 34 votos a favor e 1 voto contra da Deputada Carla Gomes (CDU);

3- Aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC; foi aprovado por maioria com 33 votos a favor e 2 votos contra, um da Deputada Carla Gomes (CDU) e um da deputada Ana Poeta (PAN);

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, para informar que entregará declaração de voto por escrito (documento anexo à Ata).

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, para justificar a abstenção na proposta do IMI. A proposta do IMI é dividida em 3 propostas, 1A, 1B e 1C, embora estejamos em total acordo com a taxa mínima aplicada e com a majoração, não estamos de acordo com o IMI familiar e daí não haver uma coerência neste imposto, a nossa abstenção.

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que em relação ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2022 tivemos a oportunidade de contribuir com diversas sugestões abrangendo diversos setores de intervenção municipal. Segundo o INE, com base nos rendimentos de 2020, mostra que 2,3 milhões de portugueses estão em risco de pobreza ou exclusão social representando 18,4% da população, ou seja, mais 2,2% que antes da pandemia. Cada vez são mais as famílias que recorrem do apoio social da Câmara Municipal e de instituições para garantir um mínimo de dignidade humana para apoio escolar, nas refeições, despesas com saúde, no pagamento da água, luz, com rendas de casa ou para evitar hipoteca das casas. As disparidades entre regiões e entre o litoral e o interior são cada vez mais acentuadas, tal como é evidente no nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

concelho e o último censo vem comprovar. O município de Loulé em 2020 está entre os 10 primeiros com maior volume de receitas, cerca de € 110.000.000,00, igual a Braga, Lisboa em primeiro lugar com € 34.000.000,00, abaixo do Tejo nós somos os mais ricos e os mais beneficiados ao nível de receitas. Na conjugação destes 2 factos, por um lado, sinais de maior pobreza no concelho e por outro a Câmara dispor de mais receitas justifica-se por si só a apresentação de um Orçamento e Grandes Opções do Plano que dê respostas concretas onde as prioridades assentem na resolução dos problemas das famílias mais carenciadas, no apoio aos desempregados e empresas contribuindo assim para uma maior justiça social. Como todos sabemos, a pandemia COVID-19 teve um impacto muito expressivo na dinâmica do emprego no concelho de Loulé, que já vimos no gráfico apresentado pelo senhor vereador. Em 2019, tínhamos 1.907 indivíduos inscritos no Centro de Emprego e hoje relativamente a 2021 temos perto de 4.000. Apesar desta confirmação, não teve acolhimento neste orçamento a sugestão do Bloco de Esquerda para que fosse atribuída uma bonificação de 30% em sede de IMI para os desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional ou na atribuição de um subsídio de apoio à natalidade, isto é, quando a Câmara tem oportunidades para ajudar as famílias adia nas decisões. O orçamento para 2022 atinge um montante global perto dos € 200.000.000,00 após a integração do saldo de gerência acrescido do empréstimo de 26,5 M€, são muitos milhões para diversas obras, sabemos que não existem condições a nível interno, como externo para os artistas-empregados para as executar dentro dos prazos estipulados, como tal importa priorizar as mais importantes e necessárias. No que se refere à sua distribuição e tipologia, as receitas correntes no ano de 2022 atingem um montante de 117,8 M€, quase 90% das receitas globais, enquanto as despesas correntes ascendem a 101,2 M€ cerca de 76,3% das despesas globais. As receitas correntes cobrem a totalidade das despesas correntes sobrando muito pouco para investimentos. Na evolução das despesas correntes sobressaem os custos com o pessoal de € 43.000.000,00 mais € 8.000.000,00 que 2020 e € 44.000.000,00 na aquisição de serviços e bens, totalizando estas 2 rubricas de cerca de € 87.000.000,00, demonstrando que quanto maior é o crescimento dos custos com o pessoal, menor é a produtividade da Câmara e mais se recorre a serviços externos. No relatório não faz menção ao número total de funcionários referindo, no entanto, um acréscimo de 41%. O orçamento para o funcionamento da Assembleia Municipal é residual quando confrontados com as responsabilidades e a dignidade da Missão. Não vimos em lado nenhum a adaptação do mesmo edifício a pessoas com mobilidade reduzida. No plano quinquenal 2022-2026 é caracterizado por um forte apoio às famílias e pessoas com um conjunto de projetos e ações no valor global de 119,5 M€ repartidos pela habitação, educação, saúde e intervenção social. Menos de € 25.000.000,00 por ano para esta vertente e também não contempla as sugestões do Bloco de Esquerda, nomeadamente no reforço do investimento numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

rede de equipamentos municipais para apoio à infância e terceira idade, construção de lares, centros de dia e de acolhimento a sem-abrigos, residência para os estudantes em Almancil, prevê em 5 anos somente a construção de uma creche do Forte Novo. Gostaríamos que nos dissesse, caso fosse possível, sobre o definido como unidades residenciais previstas em Loulé, Almancil e Quarteira. -----
No ponto 7.2 na Mobilidade refere um montante de € 450.000,00 para bolsas de estacionamento. Não definindo o objetivo, onde se localiza, nem se é de utilização gratuita como a proposta que o Bloco de Esquerda fez. Ou será para a colocação de parquímetros cuja responsabilidade é da Loulé Global? Para finalizar, temos a noção que 2022 vai continuar a ser um ano de incertezas derivado da crise sanitária, social e económica provocada pela pandemia, que teve início em março de 2020, mas que não sabemos quando terá fim. É necessário e urgente dar respostas no domínio social para o apoio às famílias carenciadas, fomentar uma rede de equipamentos sociais públicos e apoio a instituições existentes, melhorar grandemente a oferta pública de habitação não esquecendo o apoio às micro e pequenas empresas na manutenção do emprego. Resolver as situações que persistem em inúmeros aglomerados populacionais onde o progresso ainda não chegou. Não têm redes de saneamento e águas, alguns localizados perto da cidade de Loulé e outros perto da excelência de Vilamoura. Todos merecem ter direito à modernidade. -----

Pedi para intervir a senhora deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que nós gostávamos, apenas, de fazer algumas sugestões uma vez que defendemos uma maior transparência na gestão e o Orçamento, pelo menos na minha perspetiva, tem algumas rubricas que parecem um bocadinho mais opacas do que propriamente transparentes, no que concerne à gestão do dinheiro e da coisa pública. Rubricas denominadas como «Outros» na despesa com 1,8 M€, por exemplo, não é transparente. Tal como a transferência de subsídios correntes para instituições sem fins lucrativos sem a identificação das mesmas. Nós somos a favor que existam estas transferências para as instituições, mas gostaríamos de saber quais é que são. Por exemplo, na questão da Mobilidade e da Qualidade de Vida e na Eficiência Energética. Sendo Eficiência Energética, Hídrica e Ação Climática a bandeira do Executivo não conseguimos compreender como é que é apenas alocada a verba de 5,2 M€ contrapondo por exemplo a implementação do sistema de bicicletas partilhadas que é de 4,2 M€. Compreendemos a necessidade dos dois, mas achamos que na Eficiência Energética o valor está um bocado estranho relativamente à questão das bicicletas. -----

Na questão do Mapa de Pessoal, aparecem várias vezes que serão contratadas novas pessoas, mas nós gostaríamos que fosse um bocadinho mais explicito, por exemplo, já foi falado numa outra Assembleia da questão de estar em cima da mesa a contratação de um outro veterinário. Ora, nos mapas que aparecem não dá para perceber se já está aberto, se não está. Existindo uma rubrica para a construção de

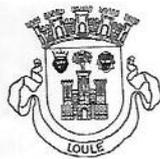


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

um canil e gatil, não será necessário reforçar o quadro de pessoal? É que 6 pessoas afetas ao canil com tarefas como gestão de serviço médico-veterinário, gestão administrativa e tratadores de animais parece-nos claramente insatisfatório. Ainda na rubrica da construção de um novo canil e gatil e construção de parques caninos, eu gostaria de saber onde é que serão e para quando. Ainda relativamente ao serviço médico-veterinário será que não está na altura do Município fazer uma rubrica própria para este serviço? É que não tem qualquer tipo de destaque no relatório de gestão. Encontram-se alguns custos com recursos humanos, mas depois não se encontram ações na área animal. Não conseguimos perceber que programas é que estão em execução, quais é que estão projetados, quais são os gastos com os animais que são albergados, nomeadamente, alimentação e esterilização, também não se encontram discriminadas, nem afetos os montantes às associações que nós sabemos que são apoiadas e o mesmo se aplica a valores pagos para o Hospital Veterinário de Loulé para onde são encaminhados os animais feridos e recolhidos tanto pelos bombeiros, como a Proteção Civil na via pública quando o canil está fechado. Não conseguimos perceber onde é que esta verba está, pois mais uma vez consideramos que não existe transparência nos números que são apresentados. Até podem estar lá, mas nós não conseguimos identificá-los. Gostaríamos também de saber se existe alguma verba futura alocada à continuidade dessa manutenção, uma vez que ela também não está espelhada no orçamento. Também não conseguimos encontrar as verbas para as campanhas de esterilização em massa de animais de rua ou de famílias carenciadas ou na falta de meios para isto o estabelecimento de protocolos com clínicas privadas. Aparentemente não existem animais em Loulé. ---

Pedi para intervir o senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que na opinião da bancada do PSD é estranho como a apresentação e discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano não mereceu da parte do Executivo a gestão do seu tempo para que tivesse sido levado a cabo os esclarecimentos necessários na Assembleia Municipal. Ao fim de 2 mandatos de 4 anos, 8 apresentações de orçamentos, o Executivo e a bancada do PS esgotam o seu tempo com autoelogios sem prestar os esclarecimentos que deveriam fazer. Isto é irregular e fica aqui a ressalva da bancada do PSD, uma vez que endereçamos uma série de questões relativamente às Grandes Opções do Plano e queríamos ter tido essas respostas. Que possam fazer uma melhor gestão da próxima vez para que de facto isto não aconteça. Deixamos esta ressalva. ---

Foi dada a palavra ao senhor vereador **David Pimentel**, que disse que a Infante Sagres e a 25 de Abril são projetos com contratos interadministrativos que estão a ser feitos pela Junta de Freguesia de Quarteira. ---
Sobre pessoas e o aumento, creio que ficou perfeitamente explanado na apresentação, em todo o caso temos tido mais bombeiros, mais pessoas no Serviço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Municipal de Proteção Civil, mais pessoas nas escolas, mais pessoas na saúde, mais pessoas no desporto e uma minimização daquilo que é a precariedade no trabalho, havia muitas pessoas que trabalhavam em recibos verdes e fomos procurando consolidar essas pessoas em atividades que eram de necessidade permanente no Município. Despesismo? Neste momento, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses dita que o Município de Loulé é o 11.º país em termos de EBITDA, resultado antes de impostos, apreciação e amortizações. O Município de Loulé é o município com maior equilíbrio financeiro dos 308 em Portugal. Eu não sei se despesismo ou uma gestão errada podia dar estes resultados, é impossível. ----- Obras que não estão a entrar no orçamento. Todas as 657 intenções de investimento do Município foram priorizadas por este Executivo. Temos a plena consciência que as Grandes Opções do Plano que são apresentadas hoje nesta Assembleia e ao contrário do que a senhora deputada **Bárbara Correia** dizia que não estão devidamente calendarizadas, tem que olhar para o PPI, pois no PPI percebe-se claramente o que é que arranca em 2022 e termina nesse ano ou continua em 2023 e por aí fora. Essas obras haverá ao longo deste mandato consoante a execução orçamental e os saldos de conta de gerência a possibilidade de incorporar mais investimentos para além daqueles dos que são apresentados nesta casa. -----

Senhora deputada **Carla Gomes**, sobre o IMI familiar, se calhar equivoquei-me na explicação e peço já desculpa quando falei das minhas 3 queridas filhas. O IMI familiar incide sobre o número de dependentes, e não sobre o número de filhos. ----- Sobre a derrama, € 1.200.000,00 não evita o empréstimo. O empréstimo é de 26.500.000,00€, mas é um investimento total acima dos € 50.000.000,00, ou seja, há muitas disponibilidades financeiras da Câmara naqueles investimentos que estão listados e que chegou a todos os deputados desta casa. -----

O senhor deputado **Carlos Martins** fez algumas observações que já tinha partilhado nas reuniões de Orçamento. -----

Senhora deputada **Bárbara Correia**, a sessão está a ser gravada, portanto, toda a informação que aqui é partilhada em tempo real poderá ser revisitada na gravação. Medidas insuficientes para as empresas, € 1.200.000,00 de derrama que não é recuperada pelo Município, mesmo agora estão € 40.000,00 de investimento em cupões de Natal para recompras no comércio local. Eventos, o Município investe em mais de € 3.000.000,00 por ano e esses eventos dinamizam o comércio nas atividades do comércio, como as empresas de pequena e média, como agora se falavam, muitas delas. O Toma Lá Dá Cá que tem um investimento substancial também tem € 200.000,00 para o Município. -----

Rubricas opacas, «Outros», na apresentação que vos fiz aqui e que toda a gente pode ver em casa, a rubrica dos «Outros» é um resumo, porque quando olham para o documento que vocês todos receberam, os «Outros» nas despesas inclui a taxa hídrica, a taxa de pagamento dos recursos hídricos. E mesmo quando fala do mapa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do pessoal em que a senhora deputada **Ana Poeta** não consegue ver em que áreas as pessoas estão afetas, está no mapa de pessoal logo a seguir ao detalhe do orçamento. Estas rubricas orçamentais dos «Outros» estão devidamente detalhadas no orçamento, porque no orçamento há um mapa-resumo e depois há um mapa detalhado que vai explicitando o que são as rubricas «Outros». Eu não consigo perceber essa observação, mas se tiver dificuldade eu terei todo o gosto em explicar esse documento. E o mapa de pessoal tem o conjunto das pessoas que estão afetas a cada uma das áreas, Bombeiros, Proteção Civil. -----
Melhor gestão do tempo, sim, fazemos o possível, a apresentação era elucidativa de muitas questões que seriam colocadas e preferimos antecipadamente explaná-las.---

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, apenas para fazer um esclarecimento, pois é importante que se digam estas coisas, Loulé é um município que mais impostos cobra por habitante, cerca de € 1.041, quando a média nacional é de € 215. Essa é a razão pela qual o orçamento da Câmara Municipal de Loulé é equilibrado porque beneficiam de receita, do IMT e IMI, que mais nenhum município em Portugal beneficia. Mas isso não dá direito ao Executivo de utilizar os dinheiros e dar resposta às necessidades das pessoas, mas a questão que também se põe aqui é que, quando se fala em despesismo há que também ter aqui ciente que existem aqui rácios que comprovam que o Executivo está a ajudar as pessoas, mas que, por exemplo, Loulé tem um rácio de 28 colaboradores para cada 1.000 habitantes e Lisboa, que é a capital do país, tem 19 colaboradores para cada 1.000 habitantes. Por isso realmente há aqui situações que não conseguimos encontrar justificações, não sabemos se é por transferência de competências, se é pela densidade populacional por km², em relação a outros concelhos, mas isto realmente causa-nos estranheza.-----

Dizer também que após a votação iremos apresentar uma declaração de voto (documento anexo à Ata). -----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que admite que houve um erro nosso na programação das intervenções e que nos está a faltar o tempo para responder cabalmente às questões que nos foram colocadas, vamos tentar que isso não volte a acontecer.-----

Eu queria apenas remeter-me a um aspeto que foi dito e repetido várias vezes, clarificar aqui a posição da Câmara Municipal, muitas coisas ficam por responder, mas há uma coisa que eu não posso deixar passar em branco que é esta crítica constante, que parece que tudo se resume a ela, que a Câmara Municipal de Loulé deixa crescer as despesas com o pessoal, que a Câmara Municipal de Loulé deixa crescer as despesas correntes. senhores deputados, nós sabemos que em qualquer aumento do número de pessoas que trabalham no Município para os senhores não vos importam os problemas das pessoas que esses contratados vêm resolver, eu sei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

disso, estão sempre preocupados é que isso é mais despesa com pessoal. As coisas não funcionam por si próprias, nós precisamos de pessoas a trabalhar nas escolas, como nós referimos aqui o número, que é quase de 38% do total das pessoas que trabalham, para quê? Para termos um sistema educativo no nosso concelho que é do melhor, é do melhor que existe no país em termos de fluidez, de qualidade, de tudo aquilo que acontece nas escolas, como aqui foi dito, nós temos uma verba muito importante que são os Transportes e daí o aumento muito grande com a despesa corrente, nós temos a deposição de Resíduos em aterros sanitários, que passou a taxa de 11€ para 22€ e, portanto, tudo isto está aqui refletido. Não vale a pena jogar com os preconceitos que os socialistas, que nós, executivo, só sabemos é gastar mal o dinheiro, não sabemos fazer outra coisa senão gastar mal o dinheiro público porque há que falar de coisas concretas. Temos que ser concretos, temos que ver que quando nós investimos nas pessoas é para resolver problemas lá fora, é para isso que cá estamos. E nós não temos nenhuma vergonha de assumir isso, seja em que plateia for. Essa é uma política nossa que tem vindo sempre a marcar o seu lugar próprio nos nossos orçamentos que aqui apresentamos anualmente e assim continuará. Os senhores podem continuar a dizer até ao final, têm pessoas a mais, não devem gastar tanto dinheiro com trabalhadores, nós vamos dizer sempre o contrário, vamos continuar a contratar pessoas desde que haja necessidades lá fora e para quem trabalhamos, necessidades por resolver.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que de facto acho que é importante voltar a mencionar uma comparação relativamente aos rácios que foi dito há pouco. Loulé tem um rácio de 28 colaboradores por cada 1.000 habitantes. A capital de Portugal, Lisboa, tem um rácio de 19 colaboradores por cada 1.000 habitantes.-----

Passou-se à votação;-----

d)- Proposta 113/2021- Foi aprovada por maioria com 25 votos a favor, 7 votos contra do **Eleutério Rocheta, João Carlos Santos, Bárbara Correia, Cláudia Mendes, João Ferreira (PSD)**, 1 da deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** e 1 do deputado **António Farrajota (CDS)** e com 3 abstenções, 1 da deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, 1 da deputada **Carla Gomes (CDU)** e 1 da deputada **Ana Poeta (PAN)**.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para informar que entregará declaração de voto posteriormente (documento anexo à Ata).-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que leu a declaração de voto, sobre o Orçamento da Câmara Municipal de Loulé para 2022 Vem a bancada do grupo municipal PSD Loulé a justificar a sua indicação de voto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

contra no que se refere ao orçamento para o ano de 2022 apresentado pelo Executivo municipal. Primeiramente torna-se necessário mencionar o sentido de voto levado a cabo também pelos vereadores do PSD em reunião de Câmara sendo a não aprovação deste orçamento pela desproporção da evolução demonstrada na despesa com os custos de pessoal, que apresentam um aumento imprudente de 66% se olharmos para a despesa desde 2013 e 41% se olharmos para os últimos 4 anos desde 2019. A bancada do grupo municipal do PSD associa-se a esta opinião fundamentando que este aumento da despesa se tem verificado nos últimos anos não visou certamente a melhoria das remunerações dos funcionários municipais da Câmara Municipal de Loulé, mas sim representa um recrutamento desenfreado de novos colaboradores, aumentando a estrutura de custos fixos nesta Câmara de forma dramática, podendo comprometer a sua viabilidade futura e financeira e consequente capacidade de responder às necessidades futuras das populações. Só com esta despesa se olharmos para outras, como as prestações de serviços e avenças, podemos observar que o processo de recrutamento não está ancorado em nenhum orçamento estratégico ou de melhoria funcional, pois como é do conhecimento público e este aumento de quadro de pessoal não se traduziu numa maior eficiência e eficácia nos serviços. No que toca ao número de colaboradores em 2013 a Câmara Municipal de Loulé tinha 1508 sendo que hoje o quadro de pessoal apresenta 2.000, com a disponibilidade de quadro em recrutar mais 311 que no total e no curto prazo a Câmara Municipal de Loulé fica com um quadro de pessoal de 2.311 colaboradores. A preocupação com esta estratégia adensa-se se olharmos na perspetiva do número de colaboradores por 1.000 habitantes e aqui o município de Loulé tem um rácio de 28 colaboradores por 1000 habitantes e a capital do país, por exemplo, tem 19 colaboradores. Se procurarmos encontrar outras justificações, de facto como transferência de competências e densidade populacional em comparação com outros concelhos, em nenhum destes se encontra a justificação para esta evolução. Da mesma forma, podemos observar uma enorme irresponsabilidade neste processo e neste incompreensível aumento de despesa com pessoal que, como sabemos, estes custos de teor rígido comprometem para sempre e de forma fixa as disponibilidades deste Município que acaba por concorrer de forma desleal o mercado de trabalho e as empresas. Mas também não se observa por parte deste Executivo uma tentativa em optar por serviços externos que possam evitar estes custos fixos e que permitam ao Município uma maior flexibilidade, porque na opinião do PSD esta despesa fixa e permanente tem o potencial de condicionar os exercícios posteriores que ultrapassam os ciclos políticos. Considerando as previsões do Executivo não parece haver problema, pois as contas continuarão equilibradas e com bons rácios de liquidez com um constante aumento da sua receita, em particular, referente aos impostos diretos que desde 2013, quando se começou a recuperar a confiança perdida com a crise do supprime, cresceu 53% se considerarmos o valor previsional de 2022, particularmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

influenciada pela receita do IMT que demonstra bem a dinâmica da atividade imobiliária no concelho e consequentemente a sua atratividade para o investimento. O IMT cresceu nos últimos anos em particular a partir de 2018, 61%, se considerarmos também o valor previsional só de 2021 para 2022 o crescimento foi de 40%, mas advertimos que se trata de um imposto altamente volátil e variável. A bancada do grupo municipal do PSD de Loulé, vem demonstrar que esta evolução da despesa só por si representa uma irresponsabilidade na gestão dos recursos humanos e financeiros da Autarquia, não favorecendo o potencial, a evolução das carreiras e da qualidade de vida dos colaboradores, nem na melhoria da qualidade dos serviços que presta, mas sim comprometendo o futuro do concelho de Loulé. Em suma, o Executivo camarário representa mais um volumoso orçamento alicerçado no saldo de gerência de anos anteriores e no peso dos impostos diretos, o IMI, o IMT, o IRC e manifestando uma grande disponibilidade financeira e também de obras, mas uma certeza está patente, as pessoas pagam os seus impostos e este Executivo em vez de obras fundamentais que incidem diretamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas dá aos munícipes do nosso concelho mais funcionários públicos, o que compromete a capacidade de investimento naquilo que realmente importa a economia e as famílias.

No que se refere ao restante orçamento, sendo um instrumento orientador para a governança, este também não representa a nossa visão de desenvolvimento para o nosso concelho, logo não é o nosso orçamento. Pela bancada do grupo municipal do PSD.

Passou-se à votação:

e)- Proposta 114/2021- Foi aprovada por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte;

As alíneas f e g), foram apresentadas em conjunto.

f)- Proposta 115/2021- Deliberação relativa à lista de investimentos e empréstimos de médio e longo prazo no valor de € 26.500.000,00 [proposta municipal 1858-2021].

g)- Proposta 116/2021- Deliberação relativa à aprovação da contratação de um empréstimo a médio-longo prazo no valor de € 26.500.000,00 [proposta municipal 1859-2021].

Foi dada a palavra ao senhor vereador **David Pimentel**, que disse que sobre a listagem dos investimentos que estão contemplados neste pedido de empréstimo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

bancário temos escolas, redes de águas e esgotos, rede viária e o mercado municipal de Quarteira. Total do pedido de empréstimo é de € 26.500.000,00 total de investimento previsto em todas estas áreas são de € 51.030.000,00. A lógica que está subjacente, todos estes investimentos têm prazo de amortização, período de vida útil, entre os 20 e os 50 anos. Lógica, sempre que se faz investimentos de médio-longo prazo deve-se utilizar disponibilidades financeiras de médio-longo prazo que é o caso de um empréstimo bancário de médio-longo prazo. O município de Loulé tem atualmente o valor mais baixo de dívida desde o ano 2000, é dos municípios com uma taxa de endividamento menor do país. Neste momento dizer-vos que vem também a esta Assembleia o relatório para o empréstimo. O que é que se sucede? Foram convidadas 10 entidades bancárias para apresentar proposta, destas há uma entidade bancária que tem a melhor proposta com um spread de 0,75% acima da Euribor a 6 meses, que até é inferior a algo que já tinha vindo a ser aprovado nesta Assembleia. Das propostas bancárias e, portanto, aí está subjacente a que entidade bancária ficará o empréstimo contratualizado, é a melhor proposta, foram convidadas BPI, Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola, BIC, Santander-Totta, BCP, só para terem noção que foi feita uma grande consulta ao mercado, a taxa que vai ser contratualizada é melhor do que aquela que tinha sido no empréstimo anterior e há aqui outra nota que vos gostaria de dar que é para a amortização antecipada, isto é, se o município continuar a conseguir aquilo que é a realidade dos últimos tempos em termos de impostos diretos, podemos fazer amortizações antecipadas, isento de comissões e encargos. Última nota, há uma lei em Portugal do limite da dívida para os municípios, portanto, os municípios têm um método, há um método de cálculo que diz respeito à receita corrente líquida média dos últimos 3 anos, menos o montante da dívida global que temos à data, ou no fecho do último exercício, e o município apenas pode contratualizar 20% deste valor. Basicamente esse valor daria 27,6M€, o empréstimo bancário é de 26,5M€. -----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que relativamente a esta lista, gostaria de saber se há já projetos para todos estes investimentos, e gostaria que me esclarecessem melhor aqui os € 8.000.000,00, na requalificação da zona costeira Quarteira-Vilamoura, Mercado Municipal de Quarteira, ou seja, aqui faz-me entender que são duas coisas distintas, qual a percentagem para cada uma delas e a requalificação da zona costeira Quarteira-Vilamoura, o que é que é mesmo, porque eu estou aqui a lembrar-me do Passeio das Dunas, mas para este investimento será muito maior.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **António Farrajota (CDS)**, que disse que tem algumas dúvidas. Algumas das alíneas que são propostas para serem realizadas neste plano, pelo menos uma delas, já tinham sido apresentadas em sessões anteriores a esta legislatura. Este é um plano muito ambicioso. Eu gostaria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de saber da parte do Executivo em quanto tempo é que tencionam executar esta lista de obra que aqui está e, se este empréstimo, embora a Câmara tenha disponibilidade financeira, é uma opção do Executivo pedir um empréstimo, quando tem recursos próprios, e talvez uma forma de gestão talvez diferente daquelas que os senhores têm e pelas quais se regem. Quanto tempo é que vai demorar a executar esta lista, qual é o prazo do empréstimo, diz só apenas médio-longo prazo, mas na vida de uma pessoa dez anos é médio, em 4 anos de Executivo é muito curto, entre 10 e 50 anos há uma diferença muito grande. É importante que a população saiba em quanto tempo é que se vão executar estas obras? Porque como eu disse no início, algumas destas alíneas já foram propostas em executivos anteriores e pelos vistos ficaram na gaveta.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que em relação a este empréstimo e o empréstimo anterior chumbado pelo Tribunal de Contas, a única diferença reside no facto das obras previstas a executar pela Inframoura terem sido retiradas. E como tal o empréstimo inicial previsto era de € 34.000.000,00, agora passou para 26,5M€. É um empréstimo a médio-longo prazo que se vai executar em 20 anos, foram consultados 10 bancos, 4 não responderam e foi atribuído ao BPI a contração deste empréstimo que representa juros ao longo de 20 anos de € 690.000,00. No essencial concordamos com os investimentos previstos, duvidamos é no seu cumprimento dentro dos prazos estipulados. Isto é, a mesma pergunta que a deputada **Carla Gomes** fez, se estas obras têm todas projetos aprovados, terrenos na posse da Câmara, concursos abertos para que possam no prazo de carência do empréstimo serem iniciados. Não podemos esquecer que a Câmara Municipal de Loulé tem fundos suficientes, no final de novembro tinham € 59.000.000,00 em disponibilidades, porventura, se teriam necessidade de recorrer a este empréstimo. Atendendo aos juros baixos e aos longos prazos de amortização e por outro lado à capacidade financeira do Município, julgo que devemos aprovar, não desperdiçando a oportunidade de fazer os reparos que fizemos em relação aos prazos das obras, também não vimos aqui outro tipo de obras, mas acho que a Câmara tem a capacidade para as fazer ao longo deste tempo.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Fábio Nobre (PS)**, que disse que a contração de dívida é um instrumento financeiro como tantos outros, utilizados até muitas vezes por empresas, e no fundo é uma forma de se ter liquidez. O que não quer dizer que não é por se ter dinheiro disponível que não se pode contrair uma dívida, não. A dívida é um dos instrumentos possíveis para ir gerindo o orçamento municipal e os objetivos municipais. É algo que está ao dispor e que no setor privado se usa muito e não é por uma empresa não ter capacidade financeira que não pode contrair uma dívida, a mesma coisa, neste caso, num organismo público, em que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

vereador **David Pimentel** que nos explicou que estava tudo nos acordos, dentro da lei, e percebemos onde é que vão ser alocados os € 26.500.000,00, portanto, estou completamente de acordo, é dinheiro barato, é importante não esquecer isso, os juros são baixos e neste momento compensa contrair dívida, estamos de acordo exatamente por isso por ser um instrumento ao dispor do Município que resolveram tomar e faz todo o sentido no atual contexto macroeconómico.-----

Foi dada a palavra ao senhor vereador **David Pimentel**, que se dirigiu à deputada **Carla Gomes**, sobre o Mercado Municipal de Quarteira, a diferença entre o valor do investimento previsto e a segunda coluna que tem € 8.000.000,00, é a diferença entre aquilo que é investimento do município e aquilo que é investimento do financiamento bancário. O total do investimento que inclui o Mercado Municipal de Quarteira com 240 lugares de estacionamento, com uma área multiusos que permitirá *coworking*, área de restauração, 24 bancas de frutas e legumes, 24 bancas de pescado, talhos, 10 lojas ligadas à área da restauração, é uma área enormíssima daí este investimento e a requalificação da área envolvente. -----

Sobre a maturidade dos projetos que estão aqui inscritos, todos os projetos de acordo com o Departamento de Obras e Gestão de Infraestruturas Municipais estão num fase de maturidade, globalmente 90% deles preparados para ir para a Plataforma de Contratação Pública, significa que é óbvio que quando selecionamos os nossos investimentos previstos para submeter para um financiamento tem de se executar em 24 meses, respondendo também ao senhor deputado **António Farrajota**, portanto, o tempo de execução daquilo que está em financiamento bancário de € 26.500.000,00 as obras podem não estar concluídas, mas a parte respeitante ou que está no empréstimo tem de estar executado nos próximos 24 meses.-----

Comprometer receitas próprias para este investimento, este investimento como o edifício do Mercado Municipal de Quarteira é amortizado em 50 anos, serve para as gerações atuais, para a minha e para as gerações futuras. Na nossa gestão orçamental familiar e empresarial quando temos que fazer investimentos cujo o prazo de vida útil é tão grande, como a compra de uma casa por exemplo, eu pergunto quantos de vós mesmo que tenham capacidade financeira adquirem a pronto pagamento. É perfeitamente normal, salutar e de gestão básica financeira de todos nós que estamos aqui para investimentos de médio-longo prazo, 20 anos, a resposta foi dada pelo deputado **Carlos Martins** do **BE**, é normal que se recorra a financiamento para este tipo de investimentos.-----

Passou-se à votação das duas propostas;-----

Proposta 115/2021- foi aprovado por maioria com 34 votos a favor, 22 do PS, 8 do PSD, 2 do CHEGA, 1 do BE, 1 do CDS, 1 do PAN e 1 abstenção da deputada **Carla**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Gomes (CDU); -----

Proposta 116/2021- foi aprovada por maioria com 26 votos a favor, 9 votos contra, sendo 5 dos deputados, **Eleutério Rocheta, João Carlos Santos, Bárbara Correia, Márcio Rodrigues, Cláudia Mendes e João Ferreira (PSD)**, 2 das deputadas **Sandra Castro e Sandra Ribeiro (CHEGA)** e 1 do deputado **António Farrajota (CDS)** e 4 abstenções, 2 dos Presidentes de Junta de Freguesia de Salir, **Francisco Rodrigues e da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim, Margarida Correia**, 1 da deputada **Carla Gomes (CDU)** e 1 da deputada **Ana Poeta (PAN)**.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado João Santos (PSD)**, para informar que irão entregar declaração de voto posteriormente (documento anexo à Ata).-----

h)- Proposta 117/2021- Deliberação relativa à designação de Fiscal único da Inframoura E.M. - Empresa de infraestruturas de Vilamoura [proposta municipal 1873-2021].-----

i)- Proposta 118/2021- Deliberação relativa à designação de Fiscal único da Infraquinta, E.M. - Empresa de infraestruturas da Quinta do Lago [proposta municipal 1874-2021].-----

j)- Proposta 119/2021- Deliberação relativa à designação de Fiscal único da Infralobo, E.M. - Empresa de infraestruturas de Vale do Lobo [proposta municipal 1875-2021].-----

k)- Proposta 120/2021- Deliberação relativa à designação de Fiscal único da Loulé Concelho Global, E.M, Unipessoal, S.A. [proposta municipal 1876-2021].-----

Foi dada a palavra ao senhor vereador **David Pimentel**, que disse que de acordo com o Regime Atividade Empresarial Local define os artigos 25.º e 26.º que compete ao Órgão Deliberativo da Entidade Pública participante, designar o Fiscal único da empresa local. A questão que é aqui colocada nesta Assembleia é que esta designação não obedece a um procedimento de contratação pública e os senhores deputados receberam um parecer jurídico que secunda, como é um órgão da sociedade pode ser designado e aí sob proposta das empresas municipais vem à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal a designação dos fiscais únicos para as 4 empresas municipais detidas maioritariamente pela Câmara Municipal.-----

Passou-se à votação;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Proposta 117/2021- foi aprovada por maioria com 32 votos a favor, 22 do PS, 8 do PSD, 2 do CHEGA, e 3 abstenções, sendo 1 do deputado **Carlos Martins (BE)**, 1 da deputada **Carla Gomes (CDU)** e 1 da deputada **Ana Poeta (PAN)**.-----

Proposta 118/2021- foi aprovada por maioria com 32 votos a favor, 22 do PS, 8 do PSD, 2 do CHEGA, e 3 abstenções, sendo 1 do deputado **Carlos Martins (BE)**, 1 da deputada **Carla Gomes (CDU)** e 1 da deputada **Ana Poeta (PAN)**.-----

Proposta 119/2021- foi aprovada por maioria com 32 votos a favor, 22 do PS, 8 do PSD, 2 do CHEGA, e 3 abstenções, sendo 1 do deputado **Carlos Martins (BE)**, 1 da deputada **Carla Gomes (CDU)** e 1 da deputada **Ana Poeta (PAN)**.-----

Proposta 120/2021- foi aprovada por maioria com 32 votos a favor, 22 do PS, 8 do PSD, 2 do CHEGA, e 3 abstenções, sendo 1 do deputado **Carlos Martins (BE)**, 1 da deputada **Carla Gomes (CDU)** e 1 da deputada **Ana Poeta (PAN)**.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, para desejar a todos os Senhores Deputados uma bonita festa de Natal em família, uma boa passagem de ano e que para o ano estejamos aqui todos de boa saúde, vigorosos, para continuar a dignificar o nosso trabalho na Assembleia Municipal. Boas Festas a todos. -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, tomou da palavra para em nome de todos nós desejar a todos votos de Boas Festas, com muita saúde e muita força para o ano que aí vem que pelos vistos não irá ser fácil. -----

Deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Stu Gu

A 1ª SECRETÁRIA Jane Conceição

O 2º SECRETÁRIO Fernando Pereira Marques

DECLARAÇÃO DE VOTO

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022 e COMPROMISSOS PLURIANUAIS 2022-2026

O Bloco de Esquerda entregou atempadamente um conjunto apreciável de sugestões para diversas áreas de intervenção municipal. Verificamos com agrado que algumas constam no Orçamento, esperando que na próxima revisão orçamental possam incluir mais propostas.

Após quase 2 anos de pandemia, temos a noção que 2022, poderá ser o início da retoma económica implicando novos desafios para o Município, ao nível do investimento público, no apoio às famílias e empresas e em particular, a todos aqueles que perderam rendimentos, o emprego e que se encontram em situação de aflição para satisfazer os seus compromissos, como o pagamento da habitação e garantir uma qualidade de vida para sua família. O Município tem um papel social muito importante e a obrigação de minorar estas situações, e neste campo poderia ir mais longe.

O Orçamento inicial para 2022 ascende a 132,6 milhões de euros, passando quase 200 milhões de euros, após a incorporação do saldo de gerência de 51,5 M€ e mais 26,5 milhões euros devido à contratação de empréstimo de médio/longo prazo, traduzindo um aumento global de mais de 70 M€ em relação ao orçamento inicial. Sabemos que será muito difícil de cumprir este plano de investimentos, no entanto, como vimos, o Município encontra-se numa óptima situação financeira (saldo de 59 M€), recentemente procedeu à alteração do ROSM-Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, aumentando o número de chefias, justificando o "alinhamento com a sua estratégia para este mandato" e o aumento do quadro de pessoal, o executivo municipal reúne todas as condições ideais para concretizar os objetivos e prioridades estabelecidas no Orçamento e nas GOP para 2022, nomeadamente no aumento da oferta pública de habitação, cumprir a Estratégia Local de Habitação 2020/30, aumentar a rede municipal de creches e lares/centro dia, concluir a Circular de Loulé, modernizar os serviços, melhorar a qualidade de vida das populações com novas redes de abastecimento de água e saneamento e combater eficazmente as alterações climáticas.

Para 2022 está previsto uma arrecadação em "receitas correntes" 108,6 M€, grande parte resultante da cobrança dos "impostos diretos" (83 M€) euros, com destaque para o IMI (28), IMT (51,7) e IUC, sinais de que o nosso município continua atrativo para residir e investir. Acrescido das receitas de capital de 90 M€, verificamos que para investir estas avultadas verbas, é preciso um planeamento eficaz no desenvolvimento das obras, não esquecendo as obras prioritárias pois só assim, se alcança uma melhor taxa de execução e resolve-se o problema das populações.

No capítulo da Despesa, analisando a evolução dos gastos com "pessoal" verificamos um aumento de 50% em relação a 2020, passa de 35 para 43 milhões de euros, quase 33 % da despesa total. Consideramos que o prosseguimento desta política de aumento do pessoal sem as devidas contrapartidas em ganhos de qualidade, produtividade e rapidez da resposta dos serviços criam na opinião pública um efeito contrário ao desejado..

Num Orçamento desta dimensão, é natural que reúna condições para englobar diversos projetos e obras que há muitos anos são desejados. Concordamos no essencial com as propostas de investimento que visam minimizar os efeitos da crise sanitária e criar estímulos para a recuperação económica do tecido empresarial, mantendo as medidas de desagravamento fiscal, aumentando o investimento público estruturante, nas áreas da habitação, educação, cultura, mobilidade, saúde e ação social, abrangendo todo o concelho, sendo que a grande maioria do investimento é destinado às freguesias urbanas e muito pouco pelas freguesias do interior, curiosamente, com impactos positivos para as empresas, na criação/manutenção de emprego e na promoção da economia local.

Concordamos com as GOP e com os Compromissos Plurianuais para o período de 2022 a 2026 com um plano de investimentos previstos totalizando um montante global, de 526.044.570,00 euros, sendo que para 2022 estão destinados perto de 138,4 M€.

Salientamos os compromissos assumidos para os próximos 5 anos, na rubrica "Pessoas e Famílias" - 119,5 milhões de euros, sendo que 47 milhões estão destinados à habitação; na "Mobilidade e Qualidade" - 67,4, para três novas vias estruturantes, Circular Norte, Ligação rotunda Afonso Albuquerque/Centro Saúde e nova avenida para o edifício ABC; na "Eficiência Energética/Hídrica e Acção Climática" - 5,2 M e para a "Cultura e Desporto" - 52 M€, em gastos com transportes escolares vão 20,6 M€ e para a construção de 3 escolas cerca de 9 milhões de euros..

Finalmente, registamos que os objetivos e prioridades deste Orçamento são coincidentes com algumas das nossas propostas e necessidades das populações, mas temos muitas reservas sobretudo em relação às soluções para a terceira idade, tendo em conta a capacidade e ausência de planeamento demonstrada pela câmara nos anos anteriores, que os investimentos previstos sejam executados, dentro dos prazos apresentados

Tendo em consideração o exposto, o Bloco de Esquerda votou a favor das propostas de Orçamento e GOP para 2022 assim como, os Compromissos Plurianuais para o período 2022-2026 apresentadas pela Câmara.

Loulé 20 de Dezembro de 2021
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

(Carlos José da Silva Martins)

DECLARAÇÃO DE VOTO FISCALIDADE MUNICIPAL

Apesar das sugestões apresentadas ao executivo municipal no âmbito da elaboração do Orçamento para 2022 não vieram contempladas nesta proposta de Fiscalidade Municipal, o Bloco de Esquerda sente o imperativo a necessidade de votar favoravelmente a proposta de Fiscalidade Municipal, por concordar com as medidas propostas, que, no essencial, se traduzem pela manutenção das taxas e isenções actualmente em vigor, na fixação da taxa mínima de 0,3% no IMI; Redução do valor da Taxa de IMI em 20, 40 ou 70 euros (isenção fixa) para as famílias consoante o número de filhos; Minoração em 30% em relação à Taxa Mínima aplicável de IMI de 0,3%, para aplicação nas freguesias de Alte, Ameixial e Salir e União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim para combater a desertificação do interior; na devolução de 0,5% IRS aos contribuintes residentes no concelho e na isenção da Derrama para as empresas em sede de IRC.

Todavia, em termos de IMI, o executivo poderia ter ido um pouco mais além e ter aproveitado aquilo que está previsto na lei, como por exemplo:

- Majoração em 30% os imóveis devolutos ou degradados e terrenos localizados nas zonas urbanas.
- Aplicar uma redução de 30 % no imóvel de 1ª habitação, para as famílias afectadas com perda de rendimentos ou desempregados e nos imóveis dedicados à actividade das empresas sediadas no concelho em consequência da pandemia e da crise económica;
- Aplicar uma redução de 20 a 30% nos imóveis desocupados, como incentivo ao arrendamento e
- equiparar às freguesias, acima citadas, para efeitos de redução dos 30% no IMI, as zonas rurais das freguesias de Boliqueime e São Sebastião que de acordo com o último censo sofreram uma substancial redução de população residente.

Loulé 20 de Dezembro de 2021



Grupo Municipal do Bloco de Esquerda
(Carlos José da Silva Martins)

DECLARAÇÃO DE VOTO
FISCAL BILÂNE MUNICIPAL

Após ter sido apresentada ao Conselho Municipal de Loulé a proposta de alteração ao Regulamento Municipal nº 2/2022, que aprova o Regulamento Municipal de Fisco, o Conselho Municipal de Loulé, reunido em sessão pública, deliberou e decidiu votar a favor da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Fisco, aprovada pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:

1. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:

- 1. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:
- 2. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:
- 3. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:
- 4. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:
- 5. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:
- 6. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:
- 7. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:
- 8. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:
- 9. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:
- 10. O Conselho Municipal de Loulé aprova o Regulamento Municipal de Fisco, aprovado pelo Conselho Municipal de Loulé, em 20 de Junho de 2023, com o seguinte teor:

1 de Junho de 2023

Caro Senhor Vereador,